

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

FACULDADE DE ECONOMIA

O PLANEJAMENTO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS EUA: A ESTRATÉGIA
DE SEGURANÇA NACIONAL

LIVIA RODRIGUES

Monografia de Conclusão do Curso apresentada à
Faculdade de Economia para obtenção do título de
graduação em Relações Internacionais, sob a orientação
do Prof. Gunther Rudzit.

São Paulo, 2010

RODRIGUES, Livia. O PLANEJAMENTO DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS EUA: A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL, São Paulo, FAAP, 2010, 61p.

(Monografia Apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado)

Palavras-Chave: Estados Unidos, National Security Strategy, Conjuntura econômica, Conjuntura Política

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus pais Miriam e Geraldo, por acreditarem em mim, me darem força e fazerem valer a pena todo meu esforço.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais que confiaram em mim desde o primeiro momento em que optei pelo meu curso e por essa faculdade. Principalmente por me apoiarem pela escolha que fiz quando me mudei para São Paulo, em nenhum momento pouparam esforços para que eu pudesse me formar.

Gostaria de agradecer a minha mãe Miriam pela motivação, carinho e paciência ao me ajudar em todos os momentos. Ao meu pai Geraldo pela motivação, preocupação e positivismo que me trouxeram até aqui.

Gostaria de agradecer a minha querida irmã Leticia, que assim como meus pais sempre me apoiou, e me incentivou nas horas difíceis, principalmente quando se mudou para São Paulo para morar comigo.

Agradeço ao meu orientador Gunther Rudzit que sempre paciente foi fundamental na construção desse trabalho. Obrigada pelas discussões, pela compreensão e por colaborar ainda mais para os meus estudos.

Gostaria de agradecer ao meu namorado José, pelo carinho e assim como toda a minha família, pelo incansável apoio.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus queridos amigos que me acompanharam nessa aventura que é a realização de uma monografia. Agradeço as meninas, Marcela, Paula Gabriela e Paula Binato por transformarem o meu mau humor matinal em alegres manhãs.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise de como o governo norte-americano planeja a sua inserção internacional. O objeto de estudo é a estratégia de segurança (National Security Strategy) adotada por esse país, como é elaborada e quais são as condicionantes que levam a sua criação.

A hipótese defendida é que as conjunturas políticas e econômicas norte-americanas e internacionais moldam as estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos da América.

Abstract

This paper aims to analyze how the North-American government plans to its own international insertion. The study object is the *National Security Strategy* adopted by the country, as it is produced and what are the conditions that lead to its creation.

The hypothesis presented is that the national security of the United States of America is shaped by the international and North-American political and economics conjunctures.

Lista de siglas

FED - Federal Reserve

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NSS- National Security Strategy

IFOR- International Fellowship of Reconciliation

NAFTA- North American Free Trade Agreement

PIB- Produto Interno Bruto

CIA- Central Intelligence Agency

FBI- Federal Bureau of Investigation

ADM- Armas de Destruição em Massa

ONU- Organização das Nações Unidas

OEF- Operation Enduring Freedom

ONE- Operation Noble Eagle

OIF- Operation Iraqi Freedom

DoD- Department of Defense

RMA- Revolution in Military Affairs

TNP- Tratado de Não-Proliferação

Lista de gráficos

- Gráfico 1 Gastos militares dos Estados Unidos- *In local currency (m. dollars)*.....p.30
- Gráfico 2 Gastos militares do Estados Unidos- *In Constant (2008) US\$ m.*.....p.30
- Gráfico 3 Gastos militares dos Estados Unidos- *As percentage of Gross domestic product.*...31

Sumário

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Lista de siglas

Lista de gráficos

INTRODUÇÃO.....p.1

1. ANOS 1990s: ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS E GOVERNOS CLINTON...p.4

1.1 O terrorismo como fenômeno nas Relações Internacionais.....p.4

1.2 Primeiro Governo de Clinton: análise econômica local e mundial.....p.5

1.3 *National Security Strategy* de 1996.....p.7

1.4 Segundo Governo de Clinton: análise econômica local e mundial.....p.9

1.5 *National Security Strategy* de 1998.....p.10

1.6 Conclusão dos governos Clinton.....p.12

2 ANOS 2000s- A DOCTRINA BUSH.....p.13

2.1 Primeiro governo de George W. Bush.....p.14

2.2 Os atentados terroristas de 11 de setembro e as transformações ocorridas.....p.15

2.2.1 Resposta ao “11 de setembro”p.18

2.3 *National Security Strategy* de 2002.....p.19

2.4 Guerra do Iraque.....p.21

2.5 Segundo governo de George W. Bush: análise econômica local e mundial.....p.23

2.6 *National Security Strategy* de 2006.....p.25

2.7 Fim da doutrina Bush.....p.26

3. INÍCIO DO GOVERNO BARACK HUSSEIN OBAMA II.....p.28

3.1 Efeitos das Guerras do Afeganistão e do Iraque.....	p.28
3.2 Crise financeira americana.....	p.31
3.3 Governo de Barack Hussein Obama II.....	p.33
3.4 <i>National Security Strategy</i> de 2010.....	p.36
3.5 Segundo ano de governo Barack Hussein Obama II.....	p.37
3.6 Considerações atuais.....	p.40
CONCLUSÃO.....	p.44
Referências bibliográficas.....	p.47

Introdução

Esta monografia tem por objetivo a realização de um estudo de como o governo norte-americano planeja a sua inserção internacional. A hipótese defendida é a de que as conjunturas políticas e econômicas norte-americanas e internacionais moldam as estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos.

O objeto de estudo do trabalho é a *National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional), com a finalidade de analisar sua elaboração e quais as condicionantes que levam às suas diferentes versões.

A *National Security Strategy* é um documento periódico, que deve ser elaborado pelo Poder Executivo dos Estados Unidos após um ano de início de mandato, e que é encaminhado ao Congresso para que esboce os principais objetivos e preocupações norte-americanas no mundo, e como o governo pretende administrá-las. Tais preocupações são em relação às ameaças militares, políticas, econômicas e sociais.

O trabalho está dividido de modo que cada capítulo apresente as políticas de segurança de cada governo americano, a começar por William Jeferson Clinton, depois por George Walker Bush e por fim, o governo de Barack Hussein Obama. Para que a análise seja feita, serão relacionadas as *National Security Strategy* de cada governo com o cenário político e econômico de cada época.

O primeiro capítulo traz primeiramente uma breve discussão das transformações causadas pelo fim da Guerra Fria no cenário internacional. Tais transformações ocasionaram na ascensão dos Estados Unidos nesse período.

Depois passa a analisar o governo de Clinton, que entra no poder com a promessa de mudar o cenário econômico deixado pelo governo anterior de George H. Bush. Para tal mudança, o presidente apresentará uma política interna voltada à economia, qual levará a um grande crescimento da economia do país.

Para analisar a política de segurança do país, as *National Security Strategy* de 1996 e de 1998 serão estudadas nesse capítulo para mostrar que as questões de segurança não estavam colocadas como primeiro plano na agenda internacional.

O segundo capítulo trata do governo de George W. Bush e de suas alterações na política em relação ao governo anterior. Para tal análise, são apresentados os cenários econômicos do primeiro e segundo mandatos do presidente.

Esse capítulo estuda os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os quais incentivaram o governo a obter maior ênfase nas questões ligadas à segurança internacional. Como prova de tal transformação, George W. Bush deu início a ataques preventivos marcados pela invasão no Afeganistão e a guerra do Iraque, respectivamente em 2001 e 2003.

Tais operações preventivas são frutos da Guerra ao Terror, iniciada por W. Bush, que em sua *National Security Strategy* descreve todas as ameaças que os Estados Unidos e o mundo enfrentam.

O capítulo segue apresentando os motivos que levaram o país a deixar a economia de lado e se preocupar mais com as questões militares. E a partir dessa inversão, houve um aumento do preço do petróleo, e com o tempo, aumento no consumo de imóveis, dando início a uma crise no mercado imobiliário do país.

Posteriormente, essa crise financeira afetou o mundo inteiro, e esse capítulo faz um balanço dos acontecimentos no fim do governo W. Bush, tratando também das variações que sua popularidade sofreu durante seu governo.

O terceiro capítulo tem como objetivo tratar dos desafios que o governo de Barack Obama teve que enfrentar quando entrou no poder. Além da crise financeira, os gastos militares serão discutidos primeiramente a fim de que seu aumento no governo George W. Bush após os atentados seja destacado.

Após essa discussão, o capítulo apresentará os primeiros anos do governo Obama, suas realizações e estratégias políticas. Sua *National Security Strategy* apresentará algumas diferenças marcantes em relação às anteriores, como a substituição do termo Guerra ao Terror para apenas a percepção de ter a rede terrorista Al-Qaeda como inimiga do país.

O fim da guerra do Iraque também será discutido, incluindo as conseqüências causadas pela mesma, e a situação atual do Iraque, que conta com tropas americanas e ainda é cenário de ataques terroristas.

Ainda no mesmo capítulo, será discutido o crescimento da China e Índia, e as influências que esse rápido crescimento pode oferecer em relação aos Estados Unidos.

Também apresentará uma breve discussão em relação ao programa nuclear do Irã e as sanções impostas pelo governo norte-americano.

Por fim, na conclusão, serão revistos os principais pontos levantados em cada capítulo para que se possa definir se a hipótese estava correta.

CAPÍTULO 1- ANOS 1990s: ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS E GOVERNOS CLINTON

Este capítulo discutirá brevemente o fim da Guerra Fria e suas transformações no sistema internacional, destacando a ascensão dos Estados Unidos.

A partir dessa época, fará a análise do governo de William Jeferson Clinton, mais conhecido como Bill Clinton. Tal análise contará com o cenário econômico de cada período, que facilitará na compreensão de suas políticas externas, internas e de segurança, representada pelo documento preparado em cada governo, a *National Security Strategy*.

O estudo deixará bem claro que o foco do governo Clinton era econômico, e que preocupações como ameaças contra a segurança nacional foram deixadas para segundo plano em sua agenda.

1.1 Fim da Guerra Fria

A Guerra Fria, assim como qualquer grande conflito, promoveu grandes impactos no desenvolvimento das relações internacionais de sua época, e posteriormente, acabou por afetar o destino de seus atores principais e secundários. A disputa Leste-Oeste havia se tornado sistêmica, dominando e definindo a política internacional por mais de quatro décadas (PECEQUILO, 2005).

A queda do Muro de Berlin em 1989 representou o fim dessa época marcada pelo enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética. Cristina Pecequilo (2005) acredita que o fim da Guerra Fria causou alterações na estrutura de poder do sistema internacional e nas conjunturas políticas e econômicas que refletem no relacionamento estatal.

A partir da vitória dos Estados Unidos e das idéias liberais após a dissolução da União Soviética, o sistema internacional chegou mais perto do que nunca do limite último da sua tendência à formação de um 'império mundial' (FIORI, 2004). A ascensão dos Estados Unidos colaborou para muitas transformações nas questões de poder internacional.

Durante a Guerra Fria as preocupações eram voltadas a problemas tradicionais de poder estatal como o tema de segurança internacional. Já o pós-Guerra Fria apresentava grandes mudanças em relação a esse cenário, representado pela inclusão de temas que

passaram a influenciar nas questões estatais, dentre eles, temas sociais, econômicos, políticos e culturais (PECEQUILO, 2010).

Para Cristina Pecequilo (2010), a partir do fim da Guerra Fria o sistema internacional entrou em um processo de transição marcado pela continuidade e mudança, sendo que havia a manutenção da ordem liberal e democrática criada pelos Estados Unidos nessa época.

Ainda segundo Pecequilo (2005), o desafio da ameaça comunista enfrentado pela política externa norte-americana não mais existia a partir da queda do muro de Berlin, e então, seria necessário encontrar novos caminhos para os Estados Unidos dentro dessa transição. Os Estados Unidos haviam ganhado essa guerra, porém, essa constatação não ajudava nas escolhas que os americanos deveriam fazer dentro de um mundo em plena transformação.

1.2 Primeiro Governo de Clinton: análise econômica local e mundial

Para analisar o período pós Guerra Fria, é necessário ter o conhecimento do primeiro governo de Clinton que ocorreu no período de 1993 a 1996, e foi marcado por muitas mudanças na agenda nacional dos Estados Unidos e de todo o Sistema Internacional.

O cenário de instabilidade mundial a partir do fim da Guerra Fria apresentava, segundo Cristina Pecequilo (2005), uma oscilação de posturas e falta de clareza quanto ao futuro da liderança dos norte-americanos em relação às crises sucedendo-se na Europa, (ex-Iugoslávia) e nas Américas (Haiti).

O cenário econômico desse período foi marcado pela Recessão da economia americana e de todo o resto do mundo, já que estavam envolvidos por todas essas crises, e pelo novo modelo da Ordem Internacional. Para Joseph E. Stiglitz (2003), a economia não havia sido o assunto favorito do governo passado, pois era atraído por política internacional, em que poderes do cargo são mais bem definidos, mas Bill Clinton, ao contrário, deixou bem claro, desde o início que a política interna era sua prioridade máxima.

Com seu slogan não oficial de campanha, 'É a economia, estúpido!', Clinton convidou os americanos a usar a economia como seu libreto presidencial (o que eles teriam feito em qualquer caso). Com seu slogan: 'Empregos! Empregos! Empregos!' deixou claro seu objetivo, inflação não, mas emprego (STIGLITZ, 2003, p. 60).

A partir dessa campanha voltada à política interna, Clinton vence as eleições com a promessa de uma melhora econômica, pois os Estados Unidos estavam em recessão. E o resultado atingiu as expectativas segundo Stiglitz, já que no último ano de sua Presidência "o mercado de ações parecia saudá-lo com as maiores altas" (STIGLITZ, 2003, p. 60). O país, na

época, necessitava de um governo que desse maior atenção à parte doméstica, e deixasse as questões de relações internacionais para o segundo plano, pelo menos, até a melhora da situação do país, que não era favorável.

Em relação à economia do país, “Em 1992, o déficit já chegava a quase 5% do Produto Interno Bruto dos EUA.(...) a situação fiscal medíocre era somente o sinal mais visível dos problemas dos Estados Unidos” (STIGLITZ, 2003, p. 62). E o problema refletia em outras áreas, como a da tecnologia, pois por um grande período de tempo, o país se orgulhou de sua superioridade tecnológica. “No entanto, os resultados dos exames de ciência e matemática colocavam os estudantes americanos abaixo das novas economias emergente do Leste da Ásia, tais como Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul.” (STIGLITZ, 2003, p. 62). O nível de criminalidade também era muito elevado, tanto quanto o de desigualdade social, sendo maiores que os países emergentes do Leste Asiático, e segundo Stiglitz, muitos desses danos, foram causados pelas políticas econômicas dos doze anos anteriores desse novo governo.

Segundo o Federal Reserve (2010), houve em 1990 um estouro da bolha do mercado de ações, e em resposta a esse estouro, o Fed reduziu as taxas de juros rapidamente. Ao longo da década de 1990, o Fed utilizou muitas vezes de uma política monetária, incluindo a crise de crédito do início dos anos 1990 e a moratória russa em títulos do governo para manter o potencial de problemas financeiros que afetavam negativamente a economia real.

Desde o momento em que Clinton assume o cargo, os Estados Unidos e seus aliados vão enfrentar um ambiente de segurança radicalmente transformado pelo pós- Guerra Fria. A preocupação com a expansão comunista, e a prevenção de uma guerra nuclear foi colocada em segundo plano, em vez disso, os americanos se depararam assim que se aproximavam do século XXI, com alguns novos e antigos desafios de segurança, porém havia um maior foco na economia norte-americana (NSS, 1996).

O período pós- Guerra Fria é marcado por uma Nova Ordem Global, onde o uso da força e a limpeza étnica são deixados de lado, dando lugar para as intervenções humanitárias e questões de paz. João Pontes Nogueira acredita que essa prática da intervenção humanitária reflete a “evolução do regime internacional de direitos humanos e a progressiva legitimação de várias modalidades de intervenção internacional inclusive o uso da força como forma de combater violações maciças de direitos humanos e atos de genocídio.” (NOGUEIRA, 2000, s/p).

A participação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) aumentou no período pós Guerra Fria, pois a partir de 1991 ela assumiu a responsabilidade de assegurar a paz e a segurança em toda a Europa. A OTAN teve que interferir nas questões da violência

em lugares como a Bósnia ou Kosovo, A partir de então, teve que agir em situações onde o consenso era muito difícil de ser alcançado (WALT, 2000).

1.3 *National Security Strategy* de 1996

A *National Security Strategy* é um documento periodicamente elaborado pelo Poder Executivo dos Estados Unidos que é redirecionado ao Congresso para que esboce as principais preocupações norte-americanas e como o governo pretender administrá-las. O fundamento legal para a construção do documento está presente na Lei Goldwater-Nichols¹(WHITEHOUSE,2010).

A *National Security Strategy* (NSS) elaborada no ano de 1996, a *National Security Strategy of Engagement and Enlargement*, foi baseada no cenário da época, marcado pelas mudanças como a alteração da bipolaridade para a multipolaridade. Todas essas mudanças acabaram trazendo instabilidade para a economia internacional e os Estados Unidos não conseguiram escapar dessa crise.

A *National Security Strategy* de 1996 cita que os Estados Unidos estavam fazendo um grande esforço para punir e dissuadir os terroristas. O presidente Clinton em 26 de junho de 1993 ordenou um ataque com mísseis de cruzeiro contra o quartel-general do serviço de inteligência do Iraque, a fim de deter novas ameaças e enviar uma resposta firme ao Iraque pela tentativa de assassinato contra o ex-presidente George W. Bush. Da mesma forma, os Estados Unidos obtiveram condenações contra os réus no atentado ao World Trade Center de 1993 (NSS, 1996).

As preocupações do governo eram em relação à defesa nacional, em promover a prosperidade e democracia no país, mas tinha a economia como primeiro plano, as ameaças terroristas existiam, porém, não era um assunto principal na agenda internacional. É importante notar que nessa *National Security Strategy* (1996), o presidente Clinton adotava uma política de defesa marcada pelo contra-ataque apenas, assim eles iriam utilizar de suas tropas somente em função de defesa, e não como ataque preventivo e preemptivo.

Enquanto os grupos terroristas continuarem tendo como alvo os cidadãos e interesses americanos, os Estados Unidos necessitarão de unidades especializadas disponíveis para derrotar estes grupos. De vez em quando, podemos encontrar

¹ Lei Goldwater-Nichols- (Goldwater-Nichols Act).

também a necessidade de atacar terroristas em suas bases no exterior ou atacar ativos avaliados pelos governos que os apóiam (NSS, 1996, p. 17, tradução nossa).²

Clinton assegura em sua *National Security Strategy* de 1996 que estava usando as forças armadas não somente para combater essas ameaças, mas também para salvar centenas de milhares de vidas em Ruanda, para dar de volta liberdade e democracia ao povo do Haiti, reforçando e ajudando os mandatos da ONU na ex-Iugoslávia e estabelecendo forças sob comando da OTAN na implantação do acordo de paz na Bósnia (NSS, 1996).

A partir desse pensamento de pacificação, os Estados Unidos intensificaram um envolvimento na ex-Iugoslávia patrocinando as negociações para os Acordos de Dayton que com a ajuda da OTAN, conseguiram colocar um fim à guerra, pelo menos nesse período. Esses acordos foram criados na cidade de Dayton, no estado de Ohio, em novembro de 1995, porém só foram formados em Paris, no dia 14 de dezembro do mesmo ano, e esses acordos “não só colocaram fim à guerra na Bósnia como também criaram uma expectativa em torno do papel do então presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, como garantidor dos acordos” (NOGUEIRA, 2000, s/p). A liderança desse presidente aliada às novas condições de paz estabilizaria a situação na região da ex-Iugoslávia.

A presença norte-americana nas IFOR (*International Fellowship of Reconciliation*) e sua liderança nesse processo foram fundamentais para a tentativa do acordo de paz nessa região. O território iugoslavo foi dividido em regiões autônomas segundo a composição étnica, da seguinte maneira, a Bósnia, a Croácia e Montenegro viraram novos Estados, já Kosovo e outras regiões foram mantidas dentro do Estado iugoslavo (PECEQUILO, 2005).

Uma prova de que o governo americano queria mudar o cenário internacional marcado pelos conflitos aconteceu na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos convocada pelas Nações Unidas em 1993, pois a administração Clinton deixou claro que tinha pouca paciência para aqueles que desafiam a universalidade dos direitos humanos. Assim, denunciou os esforços liderados por China, Síria, Irã e Cuba para definir os direitos humanos com base em ‘vários contextos históricos, culturais e religiosos’ (FOREIGN POLICY, 2000).

O programa de Clinton apresentou sucesso em seu primeiro mandato, já que a economia começava a dar sinais de grande expansão, tudo isso por ele ter direcionado sua

² TA: “As long as terrorist groups continue to target American citizens and interests, the United States will need to have specialized units available to defeat such groups. From time to time, we might also find it necessary to strike terrorists at their bases abroad or to attack assets valued by the governments that support them”.

atenção para a contenção do déficit e a reforma do bem-estar, seguindo o modelo da agenda democrática e obtendo bons resultados. Dessa forma, Clinton conseguiu reverter o cenário desfavorável da época representado pela recessão, e reelegeu-se em 1996 (PECEQUILO, 2005).

Para autores como Cristina Pecequilo (2005) e Joseph E. Stiglitz (2003), o primeiro mandato de Clinton apresentou como pontos positivos, primeiramente a conquista no terreno econômico, marcada pela sua recuperação e redução do déficit, e em segundo lugar, a conquista na gestão da política externa, marcada pela aprovação de dois acordos comerciais divisores de água fazendo com que o Congresso aprovasse o financiamento do socorro da economia mexicana. Um dos acordos comerciais criou a Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), e o segundo, marcando o término em 1994, da Rodada Uruguaí de negociações comerciais, iniciada em 1986, com a criação da Organização Mundial do Comércio.

1.4 Segundo Governo de Clinton: análise econômica local e mundial.

No segundo Mandato de Clinton, nos anos de 1997 a 2000, o governo apresentou uma situação diferente do quadro do início da década. A economia do país estava mais estável porque o país havia conseguido sair da crise em que se encontrava. No entanto, havia no mundo um sentimento forte de insegurança econômica devido às crises que sucediam-se, a começar pela crise mexicana, depois com a crise do Leste Asiático, a crise da Rússia e, por fim, a crise da América Latina (STIGLITZ, 2003).

Nessa segunda metade da década de 1990, enquanto os Estados Unidos estavam crescendo fortemente, não estava acontecendo o mesmo com o resto do mundo, principalmente com as economias japonesa e europeia que estavam estagnadas.

As iniciativas do começo de seu segundo mandato foram muito positivas, pois aumentaram as atividades no setor externo, recuperando o relacionamento com as grandes potências. Clinton começou a investir bastante na expansão da OTAN, o envolvimento foi tornando-se cada vez maior e freqüente, fortalecido pela expansão acelerada da economia e pelo recuo da Europa e Japão (PECEQUILO, 2005).

Para Pecequilo (2005), entre os anos de 1998 e 1999, a consolidação do engajamento e da expansão do governo norte-americano foi bastante rápida e profunda, começando pela

crise financeira mundial de 1997, momento pelo qual os Estados Unidos foram os principais responsáveis por impedir que a Ásia se aprofundasse ainda mais na instabilidade da crise. Apesar de não conseguirem acabar de vez com a crise, garantiram uma situação menos grave, e ainda propuseram a reestruturação das organizações financeiras internacionais, porém não obtiveram resultados práticos.

No segundo semestre de 1998, devido à crise, foram necessários alguns cortes rápidos da taxa de juros, que foram suficientes para afastar o pânico financeiro e garantir a continuação da expansão norte-americana (GALBRAITH, 1999).

Os Estados Unidos estavam se destacando mundialmente devido sua economia, suas relações comerciais com seus parceiros europeus e asiáticos estavam aumentando cada vez mais, queriam que a Europa estivesse bem para poder manter o comércio com os europeus, enquanto garantiam a hegemonia do dólar.

Cristina Pecequilo (2005) acredita que o uso da força pelos Estados Unidos tornou-se mais constante e menos controlado pelo restante da comunidade internacional no segundo governo de Clinton, em função das ameaças prejudiciais ao interesse nacional. Começaram a intensificar suas reações no Sistema Internacional, a começar pelas respostas à crise financeira na Ásia, até chegar aos ataques armados ao Afeganistão e ao Sudão, em reação às explosões nas embaixadas americanas na África, à intervenção em Kosovo e aos bombardeiros ao Iraque.

1.5 *National Security Strategy* de 1998

A *National Security Strategy* dos Estados Unidos do ano de 1998, a “*National Security Strategy for a New Century*” apresenta as mesmas preocupações que a do ano de 1996, somente algumas mudanças as distinguem devido ao cenário nacional diferente, representado por uma melhora na economia do país, e o cenário internacional, representado por crises e conflitos.

Nesse documento (NSS, 1998), o presidente anuncia que os norte-americanos estão começando um novo milênio como a única superpotência mundial e nação indispensável, pois o período é de oportunidade estratégica de liderança para o novo milênio.

A mesma estratégia do governo norte-americano havia sido colocada em prática nos últimos anos pela rede de instituições e acordos com missões distintas, mas com o mesmo objetivo que era o de garantir e reforçar os ganhos da democracia e do livre comércio. A

estratégia abrange um grande leque de iniciativas, começando por expandir as alianças militares como a OTAN , expandir sua parceria para a Paz, suas parcerias com Rússia e Ucrânia, promover o livre comércio através da Organização Mundial do Comércio , o movimento em direção as zonas livres de comércio pelos países das Américas e do resto do mundo, promover o controle de fortes regimes, como a Convenção sobre Armas Químicas e o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares; coligações multinacionais e a luta contra o terrorismo, corrupção, a criminalidade e o tráfico de drogas e ligação de compromissos internacionais para proteger o ambiente e salvaguardar os direitos humanos (NSS, 1998).

Continua com o objetivo de assegurar a criação de um ambiente internacional propício aos interesses do país, assim como de se preparar para responder à crise que ameaça os interesses dos Estados Unidos e com o objetivo de se prevenir diante da incerteza do futuro próximo.

A nova NSS (1998) também tinha o objetivo de prevenir ou reduzir os conflitos e ameaças, junto com eles, acabar com a capacidade nuclear e prevenir o terrorismo, assim reduziria a vulnerabilidade dos Estados Unidos.

O presidente Clinton assinou o Decreto Presidencial 62 em maio de 1998 como uma resposta ao crescente desafio do terrorismo, criando uma nova abordagem mais sistemática à luta contra a ameaça terrorista (NSS, 1998).

Esse decreto esclarece as atividades no vasto leque de programas dos Estados Unidos na luta contra o terrorismo, incluindo a apreensão e repressão de terroristas, aumentando a segurança do transporte e aumentando as capacidades de resposta a incidentes (NSS, 1998). Clinton, nesse sentido, continuaria agindo somente em resposta aos acontecimentos.

Os Estados Unidos intervieram na questão de Kosovo, e assim como no caso do Iraque, o motivo era em termos humanitários, justificando uma ação de poder em nome de um objetivo mais elevado. Mais uma vez ficava claro que o mundo ainda estava em um momento de intervenções humanitárias e pacificação. “Tal doutrina passaria a ser conhecida como ‘Doutrina Clinton’ e teria como prioridade a prevenção da emergência de guerras e conflitos que desrespeitasse os direitos dos povos.” (PECEQUILO, 2005, p. 329).

A estabilidade de uma região estratégica para os Estados Unidos estava em jogo, pois para eles, a Europa precisava de atenção, então além das preocupações humanitárias, os norte-americanos também estavam preocupados com seus interesses na região.

Cristina Pecequilo (2005) acredita que Kosovo e a Operação Forças Aliadas trouxeram um novo ponto de inflexão para os Estados Unidos, a Europa e a Rússia. O envolvimento de

Kosovo foi prejudicial à instauração do euro, atrapalhando as negociações europeias, então foi realmente necessária essa intervenção.

Em 1998 o Conselho da OTAN autorizou o uso da força contra a Iugoslávia e emitiu um ultimato ao presidente Milosevic para que aceitasse os termos do cessar-fogo, e então um acordo foi selado entre eles (NOGUEIRA, 2000).

Esses acontecimentos marcaram o fim do segundo mandato de William Jeferson Clinton, que se encerra no ano 2000 com a economia e o orçamento do país equilibrados.

1.6 Conclusão dos governos Clinton

A análise que se tem dos Estados Unidos no final da década de noventa é de que a economia e o mercado de ações expandiram-se rapidamente. “O nosso país ficou parecido com a Grã-Bretanha do auge do período Vitoriano, mas com um alcance global ainda maior” (NYE, 2002, p. 11). Surge então um sentimento de superioridade dos norte-americanos em relação ao restante do mundo.

Assim como afirma James Galbraith, no final do ano de 1999, a economia americana gozava de pleno emprego, desigualdade de renda em declínio, e os preços estavam estáveis. O que significava um superávit no orçamento. Enfim, a visão que se tinha era de uma economia saudável, e aparentemente bastante imune à certas pragas, reais ou imaginárias que havia colocado medo em alguns economistas nos últimos anos (GALBRAITH, 1999).

A administração do Presidente Clinton voltada para a economia doméstica utilizou de uma liderança reforçada para conseguir superar o período de crise e recessão, pois se o cenário do fim da década for comparado com o do começo, a mudança é completamente notável, já que em 1991, os Estados Unidos enfrentaram o déficit crescente e o desempenho medíocre do Grupo dos Sete países mais industrializados, e em 1999, o mundo tenta chegar o mais perto possível da economia americana (FOREIGN POLICY, 2000).

Segundo o Federal Reserve (2010), a década de 1990 foi marcada pela queda da inflação geral, o mais longo período de paz e de expansão econômica da história dos Estados Unidos.

José Luíz Fiori (2004) acredita que “o processo da globalização financeira havia universalizado a moeda e o capital financeiro norte-americano, chegando mais perto do que nunca de um ‘império financeiro global’” (FIORI, 2004, p.99). E além da economia, o poder militar americano havia se transformado na infra-estrutura coercitiva de um novo tipo de “império militar mundial” no final da década.

CAPÍTULO 2 - ANOS 2000s: A DOCTRINA BUSH

O presente capítulo abordará as mudanças na política externa, interna e de segurança do governo George W. Bush em relação ao governo anterior. Tais mudanças devem-se aos atentados de 11 de setembro de 2001 que acabaram incentivando o governo a tomar medidas mais rígidas em relação à segurança do país, além de dar início a “Guerra ao Terror”.

Neste capítulo, a análise se concentra nas atitudes do presidente, que deixou para segundo plano as questões internas, e investiu nas guerras do Afeganistão e do Iraque como forma de reação aos atentados.

Para tal análise, é necessária a compreensão de que a década de 1990 foi um período de grande expansão econômica e de paz nos Estados Unidos. Foi marcada por uma economia instável, porém o século termina com um saldo positivo no cenário econômico e político devido ao maior poder de barganha e credibilidade que os americanos conquistaram, se for comparado com o do início da década (PECEQUILO, 2001).

O fortalecimento da expansão americana foi bastante profundo entre 1998 e 1999. Os Estados Unidos não conseguiram evitar a crise financeira asiática em 1997, mas mostraram que estavam preparados, e aproveitaram dessa crise para utilizá-la como “oportunidade para que reenquadrassem alguns de seus parceiros regionais, minimizando e atrasando sua expansão como possíveis novos competidores e desafiadores, revitalizando laços de dependência.” (PECEQUILO, 2001, p.97).

Cristina Pecequilo (2001) acredita que o século termina e os objetivos econômicos foram mantidos, definidos pela preservação do sistema internacional econômico aberto e liberal guiado pela liderança dos Estados Unidos.

O início do século XXI foi marcado por grandes acontecimentos que modificaram a economia mundial, e para analisá-los é necessário dissertar sobre o cenário político e econômico da época.

A partir do ano 2000, o último do mandato do democrata William Jefferson Clinton, a economia americana passa por um período de desaquecimento e assim, apresenta uma queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 5% em 1999 e 2000 para 0,5% em 2001. Essa queda nas taxas de crescimento do PIB veio acompanhada de relativa piora nos

principais indicadores econômicos do país, interferindo nas taxas de investimento direto e desemprego (NAIME, 2004).

2.1 Primeiro governo de George W. Bush

O sistema de eleição para a presidência dos Estados Unidos funciona de acordo com eleições diretas, realizadas pela população, e indiretas, realizadas pelo Colégio Eleitoral que é composto por 538 delegados. Os votos dos delegados de cada Estado são definidos de acordo com seu peso populacional, e são eles atribuídos ao vencedor de seu pleito (PECEQUILO, 2005).

A partir desse sistema, George Walker Bush, do Partido Republicano, assumiu a presidência em janeiro de 2001, mesmo perdendo nos votos populares conseguiu vencer a eleição contra Albert Arnold "Al" Gore Jr., então Vice Presidente, pelo Colégio Eleitoral, sucedendo o presidente Clinton.

Cristina Pecequilo (2005) acredita que no novo governo, algumas alterações foram feitas na Política Externa do país, já que havia uma ligação do presidente com o setor energético e área militar.

O vice-presidente, Dick Cheney também era ligado a empresas do setor energético e os principais assessores de Bush haviam participado de outros governos republicanos, como Donald Rumsfeld, secretário de defesa, que havia sido membro dos governos Nixon e Ford, e atuou como assessor especial de Reagan e Bush pai, porém também havia participado do governo Clinton. A assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice havia participado do governo de Bush pai e também de empresas de exploração de petróleo. E o secretário de Estado, Collin Powell, que havia sido assessor de Segurança Nacional de Reagan, comandante da Guerra do Golfo e comandante-em-chefe de Bush e Clinton (PECEQUILO, 2005).

Sobre política externa, no início de seu governo, Bush passou a definir Rússia e China como competidoras, e não mais como parceiras estratégicas como no governo anterior, e ele anunciou a construção do sistema de defesa antimísseis (TMD)³. Sobre os conflitos no Oriente Médio, houve uma tentativa de aproximação do Irã e distanciamento na questão

³ TMD (Theater Missile Defense).

Israel/ Palestina. No continente americano, as negociações da ALCA⁴ não sofreram qualquer avanço, e o que mais parecia preocupar o presidente, era o combate ao narcotráfico na Colômbia e a oposição ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez (PECEQUILO, 2005).

A oposição ao governo Venezuelano era devido ao discurso populista e antiamericano de Hugo Chávez, junto com a aversão à ação empresarial, o que trazia certa preocupação à administração, pois afetaria a questão do comércio de petróleo e a estabilidade do continente americano.

O governo americano começa a causar um pequeno mal estar internacional, quando em pouco mais de seis meses de governo rejeita o Protocolo de Kyoto, tratado internacional de controle de emissão de gases poluentes, alegando que poderia barrar a recuperação econômica do país.

2.2 Os atentados terroristas de 11 de setembro e as transformações ocorridas

Em 11 de setembro do mesmo ano que George W. Bush entrou no poder, os Estados Unidos da América sofreram um grande ataque terrorista realizado pela Al-Qaeda⁵ que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, e um ataque ao Pentágono, sede do departamento de defesa norte-americana.

Para Joseph Nye (2002), a tragédia do dia 11 de setembro de 2001 foi um grito de alerta para os norte-americanos que tornaram-se complacentes nos anos 90, já que com o colapso da União Soviética, eles se transformaram em fortes o suficiente e não havia um país que pudesse competir com americanos nos aspectos militar, econômico e político.

Durante a década de 90 a atenção foi voltada para as questões domésticas do país, e assim surgiu certo desinteresse em relação às outras nações, os americanos chegaram a pensar que eram ao mesmo tempo invencíveis e invulneráveis (NYE, 2002). Esse cenário mudaria com o atentado de 2001.

O 11 de setembro conseguiu provar aos americanos o contrário do que pensavam em relação à invencibilidade. Os terroristas atingiram o Pentágono, com a intenção de mostrar a eles que havia fragilidade na questão militar americana, e havia talvez planos de atingir o Congresso e a Casa Branca. Porém, o objetivo principal dos ataques foi quando atingiram o

⁴ Os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias que participavam da Cúpula das Américas em dezembro de 1994, decidiram criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual seriam eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento.

Fonte: site oficial da ALCA, disponível em: http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp acesso no dia 08/09/2010.

⁵ A Al-Qaeda é uma organização transnacional fundamentalista islâmica.

World Trade Center, deixando claro que a intenção era que o golpe fosse direto ao coração do capitalismo global (RICUPERO, 2006).

O atentado mostrou “a debilidade dos Estados nacionais e, principalmente, de um Estado que se julgava intocável” (SARFATI, 2005, p. 330). E se a intenção era de uma deterioração na economia do país, os terroristas atingiram seu objetivo, pois ao atacar as torres gêmeas, “os terroristas atingiram, portanto, o centro nevrálgico do sistema (...). Como se essa potência arrogante cedesse bruscamente sob o efeito de um esforço demasiado, o de querer ser o único modelo do mundo.” (BAUDRILLARD, 2003, pp.13-15)

Após os atentados, as autoridades financeiras fecharam os mercados durante vários dias, quando, o Federal Reserve e seu presidente, Allan Greenspan, juntamente com os Bancos Centrais dos países mais desenvolvidos do mundo, coordenaram, uma ação coletiva que baixava as taxas de juros e ao mesmo tempo, injetava recursos na economia, para que garantisse que na reabertura da bolsa não houvesse uma escassez de finanças que pudesse levar a um caos nas cotações (RICUPERO, 2006).

Para Jéssica Naime (2004), a partir de uma análise do Balanço de Pagamentos dos Estados Unidos, o resultado foi de uma economia deteriorada após os atentados de 11 de setembro. No entanto, considera também outros fatores que poderiam ter contribuído para tal deterioração, como a entrada no governo do presidente George W. Bush, um republicano, apresentando diferenças entre as diretrizes políticas dos republicanos e dos democratas, representados por Clinton. Havia também um quadro de desaquecimento na economia do país desde 2000.

Para recuperar a economia em 2001, o Federal Reserve cortou a taxa básica de juros 11 vezes, e o governo Federal aplicou uma política fiscal extremamente expansionista, cortou impostos e aumentou os gastos, principalmente os militares utilizados como defesa nacional após aos atentados de 11 de setembro (NEGROMONTE e BALANCO, 2003).

Essas medidas que foram tomadas posteriormente poderiam ter sido suficientes para tirar o país da recessão e levá-lo ao crescimento, porém algumas fraudes na contabilidade de grandes empresas dos Estados Unidos inibiram os investidores, tornando a recuperação econômica bastante inconsistente (NEGROMONTE e BALANCO, 2003).

No quarto trimestre de 2001 a economia começou a dar sinais de melhora, já que houve um aumento no PIB devido ao aumento dos gastos do governo em 10,5% e aumento do consumo privado em 6%. O governo americano aproveitou do sentimento patriótico após os atentados para fazer um apelo aos consumidores, porém, os investidores não foram atraídos

por estas propostas, já que precisavam de resultados concretos, e então, os investimentos privados caíram em 17,3% (NEGROMONTE e BALANCO, 2003).

No começo de 2002, houve um crescimento de 5% do PIB dos Estados Unidos, entretanto, a recuperação era considerada frágil, pois ainda não havia confiança por parte dos investidores (NEGROMONTE e BALANCO, 2003).

Devido às intervenções no Iraque e Afeganistão, que serão tratadas com maiores detalhes a seguir no mesmo capítulo, as contas públicas estavam começando a apresentar déficit. Os gastos públicos também foram estimulados a partir da política de expansão fiscal que o governo desempenhou com a finalidade de impulsionar a economia do país, tendo também uma redução dos impostos (NAIME, 2004).

Segundo Jéssica Naime (2004), nos anos seguintes, as agressivas políticas fiscais e monetárias começaram a fazer efeito, apresentando uma melhora nos principais índices econômicos do país. Sendo assim, em 2004, o reaquecimento do mercado trouxe os investimentos empresariais de volta para a economia americana, já que os empresários começaram a recuperar a confiança no mercado. Refletindo na redução das taxas de desemprego, e na redução das medidas fiscais e monetárias pelo Fed.

Em junho do mesmo ano, o Fed deu início a uma política de contração monetária, onde a taxa de juros sofre um aumento de 0,25 pontos percentual, a qual refletiu na maior atração de investimentos e assim na redução da liquidez internacional do dólar e em sua queda de valor (NAIME, 2004).

Outro impacto que o desaquecimento econômico trouxe para o país foi a inflação gerada pelo aumento do gasto com energia, reflexo do aumento do preço do petróleo, e com alimentos. Assim impulsionando o aumento do preço de outros produtos.

2.2.1 Resposta ao “11 de setembro”

Os acontecimentos de 11 de setembro mudaram o cenário americano, “compreensivelmente os terríveis acontecimentos daquele dia produziram choque, raiva e clamor de vingança, emoção com as quais boa parte o mundo se solidarizou” (MANN, 2003, p.14).

Como resposta ao atentado, o governo declarou guerra, convocou uma grande aliança nacional para identificar e punir os responsáveis pelos ataques, logo, a preocupação tornou-se

global, devido ao movimento de combate ao terrorismo internacional. Com essa atitude, a popularidade do presidente Bush aumentou, já que 90% dos americanos apoiavam a retaliação imediata, podendo ser feita com envio de tropas. A pena de morte para crimes de terrorismo foi adotada pelo Estado de Nova Iorque, a CIA e o FBI desenvolveram um sistema de monitoramento para dar ênfase à segurança, e posteriormente, medidas foram formalizadas na lei antiterrorismo aprovada pelo Congresso (PECEQUILO, 2005).

Em 26 de outubro de 2001, o presidente Bush ratificou a lei do USA Patriot Act⁶, que permitia “ao governo dos Estados Unidos uma maior competência para identificar, investigar, controlar, deter, perseguir e punir indivíduos suspeitos de terrorismo” (ALEXANDER, 2006 p.241). Essa medida significaria uma melhora no sistema de vigilância dos terroristas.

Em 13 de novembro do mesmo ano, Bush declarou que

Um estado de emergência em nome da defesa nacional o levava a emitir um mandato militar relativo à detenção, tratamento e julgamento de não cidadãos suspeitos de pertencerem à Al-Qaeda, empenhados, auxiliados, incentivados ou conluídos na perpetração de actos de terrorismo internacional, ou ainda suspeitos de albergarem tais agentes (ALEXANDER, 2006, p.242).

A operação no Afeganistão foi uma medida que os Estados Unidos tomaram como resposta ao terrorismo, já que havia o apoio da comunidade americana e internacional, e visava à destruição da Al-Qaeda e principalmente de seu líder Bin Laden, visto que o grupo era tido como culpado de planejar o atentado de 11 de setembro, e visava também à destruição do regime talibã⁷ que o apoiava no Afeganistão. E depois seria feita uma reconstrução política e econômica do país pós-talibã (PECEQUILO, 2005).

Cristina Pecequilo (2005) acredita que a equipe de Collin Powell estaria dando preferência a uma operação política mais acentuada, sem dar ênfase ao envolvimento militar e tendo a percepção de que esse ataque ao Afeganistão traria alguns bons resultados somente a longo prazo, quando conseguissem afastar os talibãs do poder, e para isso, seria necessário o uso de ações de inteligência e combate à lavagem de dinheiro. A guerra seria sustentada tanto no *soft* quanto no *hard power*⁸ americano.

⁶ USA Patriot Act está disponível no site: <http://epic.org/privacy/terrorism/hr3162.html> Acesso em: 22 de setembro de 2010.

⁷ Talibã é um regime islâmico extremista nacionalista da etnia afegã pushtun.

⁸ Hard e soft Power são termos utilizados por Joseph S. Nye Junior. Hard Power se refere ao poder nacional que vem dos meios militares e econômicos, aquele que utiliza da força para coagir a outra parte. Já o Soft Power se refere ao poder sem o uso da força, ao poder de coerção pela diplomacia, poder de convencimento.

Porém o Departamento de Defesa preferiu a opção militar decisiva, qual trouxe uma retaliação profunda, deixando em segundo plano os mecanismos alternativos (PECEQUILO, 2005).

De acordo com Gilberto Sarfati (2005), a Al-Qaeda é essencialmente uma organização transnacional espalhada pelo mundo, e o ataque ao Afeganistão certamente debilitou a organização, porém não conseguiu eliminar a capacidade da organização de cometer outros atos em outra parte do planeta como o evento do dia 11 de março de 2004 na Espanha⁹ e outros.

2.3 *National Security Strategy* de 2002

O Presidente Bush em janeiro de 2002 fez um discurso no qual lançou o conceito do Eixo do Mal. Nesse discurso foram identificados os Estados que ameaçavam a segurança internacional, são estes “Estados autoritários que desenvolviam projetos de hegemonia regional, ADMs¹⁰ e promoviam o terrorismo internacional, colocando-os como inimigos a serem combatidos” (PECEQUILO, 2005, p.395). Foram mencionados inicialmente: Irã, Iraque e Coreia do Norte, e depois, Líbia, Síria e Cuba.

Em setembro de 2002 foi lançada a nova *National Security Strategy* qual apresentou a Doutrina Bush organizada em nove capítulos.

A nova *National Security Strategy* (2002) dos Estados Unidos representou uma mudança no regime governamental, pois novos temas surgiram com o atentado de 11 de setembro como uma reação às ameaças a segurança nacional, como a entrada das tropas americanas no Afeganistão. Então, para isso, seria necessário justificar o porquê dessas mudanças.

É notável a diferença entre a nova NSS de 2002 com as antigas do outro governo, já que o terrorismo torna-se um assunto fundamental na agenda nacional e internacional.

A segurança voltou a ter grande importância para as Relações Internacionais. “É notório que a segurança passou ao topo da agenda internacional, em detrimento dos temas econômicos e da agenda do desenvolvimento” (CUNHA, 2009, p. 25).

⁹ No dia 11 de março de 2004 Madrid sofreu atentados terroristas em sua rede ferroviária deixando muitos estragos na cidade.

¹⁰ ADMs (Armas de destruição em Massa).

Em todo momento, o documento deixa claro que a prioridade dos americanos era de destruir as organizações terroristas de alcance global e para isso, estariam dispostos a atacar seus líderes, o que desativaria suas capacidades de planejamento.

Segundo a NSS (2002), o governo pretendia investir nas questões da dignidade humana, fortalecer alianças para derrotar o terrorismo internacional e trabalhar para evitar ameaças contra a segurança. O documento também apresentava como objetivo a diminuição dos conflitos regionais, e para isso deveriam ser criadas alianças, trabalhar contra as armas de destruição em massa e acrescentar o livre comércio às atividades desses países, colaborando também para um desenvolvimento econômico.

Sobre a dignidade humana, a NSS (2002) deixa claro que os americanos estariam dispostos a falar honestamente sobre suas violações, utilizando então, sua voz e voto para representar as instituições internacionais com o objetivo de avançar na liberdade. Para isso, usariam ajuda externa para promover o apoio aos que lutam contra a violência, buscando a solidariedade e a cooperação de outras democracias para pressionar os governos que negam os direitos humanos e trabalham contra a liberdade religiosa.

Voltando ao terrorismo, os Estados Unidos dão início nessa NSS à “Guerra contra o Terror” aplicada contra os terroristas internacionais, o que demonstra novo terrorismo, aquele que deixa de ser uma luta de Estado contra Estado e passa a ter um discurso transnacional, principalmente religioso. “O inimigo não é um único regime político ou pessoa ou religião ou ideologia. O inimigo é o terrorismo - violência premeditada, motivada politicamente e perpetrada contra inocentes.” (NSS, 2002, p. 5, tradução nossa).¹¹

A luta contra o terrorismo internacional é diferente de qualquer outra disputa na história americana, logo, os americanos destacam na NSS (2002) que o governo utilizará de ataques preventivos e preemptivos para combatê-lo. O ataque preventivo é feito a partir de uma possível ameaça, porém incerta, que é combatida antes de oferecer um certo perigo, já o preemptivo é feito a partir de uma ameaça comprovada.

Para lutar contra esse terror, os americanos pretendiam contar com a ajuda de outros Estados, pois acreditavam que com o apoio da comunidade internacional seria mais fácil combatê-los, porém não hesitariam em agir sozinhos se esse apoio não fosse concedido (NSS, 2002).

¹¹ TA: “The enemy is not a single political regime or person or religion or ideology. The enemy is terrorism—premeditated, politically motivated violence perpetrated against innocents”.

O documento coloca em evidência a luta contra o terrorismo, pois acredita que nenhuma causa justifica o terror cometido por todos esses grupos, e a partir do atentado de 11 de setembro, acaba surgindo certa responsabilidade dos americanos de darem uma resposta a esses atos, é o que afirma Bush em seu discurso no dia 14 de setembro de 2001 em Washington:

Apenas três dias após esses eventos, os americanos não tem ainda a distância da história. Mas a nossa responsabilidade com a história já é clara: responder a esses ataques e livrar o mundo do mal. A guerra foi declarada contra nós por furto, fraude e assassinato. Essa nação é pacífica, porém feroz quando provocada. O conflito começou no tempo e termos de outrem. Terminará no modo, e na hora, que escolhermos (NSS, 2002, p.5, tradução nossa).¹²

2.4 Guerra do Iraque

As hipóteses de um novo conflito contra o Iraque foram consideradas pelo poder Executivo desde o 11 de setembro, quando alguns membros do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, como Paul Wolfowitz, sub-secretário de defesa, declararam que Saddam Hussein e Bin Laden tinham sido os maiores colaboradores para o atentado de 2001 (PECEQUILO, 2005).

O ataque ao Iraque não era considerado viável por muitos membros do governo, já que não seria de fácil solução e havia a possibilidade de envolvimento militar e reconstrução política demorada. Outros países, como Coreia do Norte e Irã talvez representassem maior perigo, porém não eram vistos como objetos de intervenção em curto prazo. (PECEQUILO, 2005).

Para a luta contra o Iraque, os Estados Unidos esperavam receber a aprovação da ONU, no entanto, somente a Grã-Bretanha, representada por Tony Blair concedeu esse apoio desde o início, obtendo então apenas um voto a favor no Conselho de Segurança da ONU, já que os outros membros do Conselho¹³ expressavam descontentamento. Sendo assim, apenas um voto seria insuficiente para garantir a aprovação de uma resolução contra o Iraque.

Os Estados Unidos começaram então, a utilizar táticas de aproximação de outros Estados para obter apoio em relação a essa causa. Enquanto isso, Collin Powell, dedicava-se a negociar via ONU, com a finalidade de provar que Saddam Hussen detinha uma capacidade letal real de produzir ADM e que traria perigo para todo o mundo, e para isso, começou então,

¹² TA: “Just three days removed from these events, Americans do not yet have the distance of history. But our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil. War has been waged against us by stealth and deceit and murder. This nation is peaceful, but fierce when stirred to anger. The conflict was begun on the timing and terms of others. It will end in a way, and at an hour, of our choosing.”

¹³ Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

a apresentar relatórios da CIA e dos serviços de espionagem britânicos. Outro argumento levantado pelos Estados Unidos, era a defesa de que o Iraque possuía grande arsenal de ADMs, não se submetendo às inspeções da ONU. (PECEQUILO, 2005).

Os Estados Unidos necessitavam de uma Resolução que fosse aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU para que a guerra pudesse ser legitimada. E, então, em 2002 é construída a Resolução 1441¹⁴ que tinha a intenção de dar uma oportunidade ao Iraque para que respeitasse o que constava nas antigas resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Caso contrário, o Conselho poderia determinar as conseqüências, podendo chegar até o uso da força.

Em 24 de fevereiro de 2003, foi feito um esboço de uma resolução que demonstrava falha do Iraque em relação ao cumprimento da oportunidade concedida pelo Conselho de Segurança por meio da Resolução 1441.

‘O momento da verdade’, segundo as palavras de Powell, chegara e, finalmente, em 17 de março de 2003 o presidente George Bush anunciava que o tempo da negociação diplomática terminara, dando um prazo de 48h para Hussein deixar o poder, que obviamente não foi aceito. Poucos dias depois, Bagdá foi atacada (PECEQUILO, 2005, p. 411).

Mesmo sem o consentimento das Organizações das Nações Unidas, os Estados Unidos invadiram e ocuparam o Iraque e deram início a uma guerra que foi prolongada até o ano de 2010.

Conseguiram derrubar Saddam Hussein do poder, e com o tempo, a ausência das alegadas ADMs em território iraquiano foi provocando pressões contra Estados Unidos e Grã-Bretanha, mostrando que as ações militares contra o Iraque teriam sido equivocadas, porém não levaram ao fim da ocupação.

Para Richard Clarke (2004), a invasão do Iraque foi completamente equivocada, pois acredita que os Estados Unidos poderiam ter evitado tal ato e ao invés da invasão deveriam ter tomado providências enérgicas para eliminar a vulnerabilidade doméstica ao terrorismo e assim, fortaleceriam a segurança do país. Outra ação que seria adequada segundo Clarke, seria de uma aproximação a outros Estados formando um trabalho conjunto global com a finalidade de combater a ideologia da Al-Qaeda e do movimento terrorista extremo.

¹⁴ A Resolução 1441 se encontra na Carta da ONU, disponível no site http://www.onu-brasil.org.br/reso_iraque.php

Como reação aos atentados, os americanos fizeram exatamente o que a Al-Qaeda havia dito anteriormente que eles fariam, invadiram um país árabe rico em petróleo, mesmo que não representasse qualquer tipo de ameaça, em vez de se unirem ao mundo islâmico para trabalhar com os valores muçulmanos (CLARKE, 2004).

Ainda segundo Richard Clarke (2004), o governo americano preferiu aumentar a dívida nacional para pagar a guerra do Iraque a utilizar o dinheiro para arcar com os gastos de defesa dentro do próprio país.

Assim como Clarke, Benjamin Barber (2003) também acredita que a invasão tenha sido um equívoco. A política de guerra preventiva que os americanos utilizaram foi a pior ação que poderiam ter feito, já que os deixou com poucas opções viáveis, uma retirada precipitada não seria uma boa escolha, e por outro lado a continuação dessa ocupação seria pior ainda, a contar com os custos e riscos que o país estaria correndo.

O primeiro mandato do presidente Bush para alguns atores como Virgílio C. Arraes (2007), foi insatisfatório porque os Estados Unidos não obtiveram sucesso em seu projeto que tinha como objetivo reordenar a questão político-econômica da região do Oriente Médio. Os motivos do fracasso foram os registros de torturas a prisioneiros militares no Iraque; grande aumento dos preços do petróleo e derivados; ausência de abertura política de países como Arábia Saudita e Egito e o profundo desinteresse na estruturação do Estado da Palestina.

2.5 Segundo governo de George W. Bush: análise econômica local e mundial

As eleições de 2004 foram diferentes das de 2000 em que Bush concorreu contra Al Gore o cargo de presidente e só conseguiu se eleger pelo Colégio Eleitoral. Dessa vez, Bush conquistou não somente o Colégio Eleitoral como o voto popular.

Embora o cenário da época fosse de guerra, caracterizado pela invasão e ocupação no Afeganistão e Iraque, Bush demonstrou a conquista da popularidade, já que as eleições contaram com a maior participação popular das últimas décadas, sendo que houve um grande aumento no número de eleitores que se inscreveram para votar.

Diferente de suas antecessoras, a eleição de 2004 teve um alto poder de mobilização na sociedade, de ambos os partidos majoritários, indicando uma preocupação generalizada do eleitorado em fazer valer sua posição (PECEQUILO, 2005, p. 435).

Essa popularidade deveu-se à política de segurança implementada pelo presidente Bush como resposta ao “11 de setembro”, que acabou por conquistar a população fragilizada a partir dos impactos causados pelos atentados.

Segundo Jéssica Naime (2004), o cenário do fim do primeiro mandato de Bush foi marcado pelo aumento do preço do petróleo, uma das conseqüências da intervenção no Iraque e Afeganistão. Com esse aumento, os custos com importação e o déficit na balança comercial também subiram.

As altas taxas de desemprego de 2003 só sofreram uma melhora após uma política de expansão fiscal que foi desempenhada pelo governo com a finalidade de aumentar o gasto público. Houve uma redução dos impostos, o que ocasionou numa ampliação da demanda doméstica, obtendo sucesso e aumentando o consumo privado. Com isso, os empresários antes afastados, retomaram a confiança no mercado e voltaram a investir (NAIME, 2004).

Com o reaquecimento econômico em 2004, o Fed aumentou a taxa de juros em 0,25 pontos percentual fazendo com que os Estados Unidos conseguissem atrair investimentos, diminuindo o risco das operações e colaborando para uma queda do dólar. (NAIME, 2004).

Para Jéssica Naime (2004), a instabilidade gerada no Oriente Médio em função da intervenção no Iraque e Afeganistão somados a outros fatores, acabaram por gerar um grande aumento nos preços do petróleo, aumentando os custos com importação e posteriormente gerando um impacto sobre os preços.

O aumento do preço do petróleo não surgiu somente devido às intervenções, houve também um grande aumento da demanda pela China, e com o tempo acabou por gerar uma crise de alimentos, já que os fertilizantes são feitos à base do petróleo.

A partir do final de 2006, deu-se início nos Estados Unidos uma crise financeira estimulada pela quebra de instituições de créditos que realizavam empréstimos hipotecários de alto risco, os chamados *subprime*¹⁵ (ROUBINI, 2010).

A explosão se deu no primeiro semestre de 2007, quando grandes corretoras, como Lehman Brothers e Merrill Lynch suspenderam a venda de colaterais¹⁶ e assim bancos

¹⁵ Ao contrário das hipotecas *prime*, concedidas a tomadores que dão a entrada tradicional e comprovam os seus rendimentos, as hipotecas *subprime* correspondem àqueles casos em que, ao adquirir um imóvel através do crédito hipotecário, o comprador-devedor não é capaz de dar qualquer entrada e/ou não têm renda comprovada. As hipotecas *subprime* são então, oferecidas a tomadores de alto risco, já que o tomador não oferece garantias para se beneficiar da taxa de juros que apresenta mais vantagens. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20342.pdf>

¹⁶ Ao emprestar dinheiro, as instituições financeiras exigem garantias colaterais que possam arrestar se o tomador falhar nos seus pagamentos. Aqueles que possuem suficiente garantia colateral podem obter empréstimos e investir facilmente. As grandes corporações pagam mesmo menos juros. A procura por garantias colaterais funciona como um alargamento contínuo do fosso entre ricos e pobres.

européus tiveram prejuízos com os contratos baseados em hipotecas *subprime* (CAGNIN, 2009).

Porém, o grande auge da crise foi em 2008 quando mais de trezentos emprestadores não bancários entraram em colapso, e grandes grupos do sistema bancário começaram a falir, como o Lehman Brothers, o quarto banco de investimento dos Estados Unidos, após 158 anos de atividade.

O passo seguinte foi a morte súbita dos maiores bancos de investimentos de Wall Street, que pereceram quando seu meio de vida- empréstimos de curtíssimo prazo conhecidos como operações compromissadas (*overnight repo financing*)- secou. (ROUBINI, 2010, p.45).

Para Flávio Rocha (2009, apud FARIA e MELHADO, 2010), a crise econômica é resultado de uma desregulamentação que teve início no governo Ronald Reagan (1981-1989), passando pelo governo de Bush “Pai” (1990-1993), por Clinton (1994-2000), e sendo reforçada no de George W. Bush (2001-2009). A crise está relacionada com as escolhas que os Estados Unidos fizeram, pois houve um aprofundamento no corte dos impostos pelos republicanos.

Muitos autores, como José Manuel Moreira e André Azevedo Alves (2010) acreditam que o sistema “neoliberal” utilizado por governos como o dos Estados Unidos, trouxe falhas que tiveram um papel crucial na geração dessa crise internacional.

Alexander Keyssar (2009 apud FARIA e MELHADO, 2009) professor da Universidade de Havard, acredita que Bush e o Fed serão vistos como os responsáveis por deixar explodir a crise imobiliária e por deixar a balança de pagamentos deficitária. Os impostos foram mantidos baixos para que as pessoas pudessem comprar mais imóveis, inflando os pedidos de hipotecas, e então, nada foi feito para evitar todo esse processo de recessão.

2.6 National Security Strategy de 2006

A NSS de 2006 é marcada pelo período de luta contra o terrorismo e não apresenta maiores diferenças em relação à de 2002, pois permanecem em primeiro lugar na agenda do país as questões do terrorismo e segurança nacional.

Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:skUaXg8zjd8J:www.investgraf.com/conteudo_aberto/biblioteca/investgraf_segredos_dinheiro.htm+garantias+colaterais&cd=9&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

A América está em guerra. Esta é uma estratégia de segurança nacional em tempo de guerra exigida pelo grave desafio que enfrentamos - a ascensão do terrorismo movido por uma ideologia agressiva de ódio e de morte, plenamente revelada ao povo americano em 11 de setembro de 2001. Esta estratégia reflete a nossa obrigação mais solene: manter a segurança do povo americano. (NSS, 2006, p.1, tradução nossa)¹⁷

Para o governo americano, mais uma vez, a intenção é de se chegar a uma paz futura, que conta com os ideais que inspiram a história do povo americano, são eles: a liberdade, a democracia e a dignidade.

E para isso, Bush, em seu discurso, afirma que os americanos se uniram com o povo do Afeganistão para derrubar o regime talibã, e conduziram uma coalizão internacional para derrubar o ditador do Iraque. A guerra estava longe de chegar ao fim, e por isso o governo contaria com o apoio de todos (NSS, 2006).

No segundo mandato de Bush, algumas modificações na composição do gabinete presidencial foram feitas, a começar pela substituição de Collin Powell do Departamento de Estado por Condoleeza Rice, até então titular da Assessoria de Segurança Nacional, e também a substituição de John Ashcroft do Departamento de Justiça por Alberto González, antigo assessor da Presidência. Tais transformações ocorreram talvez porque estavam em busca de um enrijecimento político (ARRAES, 2007).

Em compensação, houve a manutenção do vice-presidente Dick Cheney e o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld.

A escolha por Condoleeza Rice teve um significado, pois ela era adepta da linha realista, desde a campanha presidencial de 2000 se expressava a favor da primazia dos interesses nacionais, dentre eles: “reestruturação das forças armadas, expansão dos acordos de livre-comércio, confrontação com regimes ditatoriais, manutenção das alianças tradicionais e estreitamento do relacionamento com grandes potências, como Rússia e China”. (ARRAES, 2007).

2.7 Fim da doutrina Bush

O segundo mandato de George W. Bush terminou e deixou como herança para o próximo Presidente uma crise financeira interna gerada pelo mercado hipotecário, dívida

¹⁷ TA: America is at war. This is a wartime national security strategy required by the grave challenge we face – the rise of terrorism fueled by an aggressive ideology of hatred and murder, fully revealed to the American people on September 11, 2001. This strategy reflects our most solemn obligation: to protect the security of the American people.

interna, os custos da guerra contra Iraque e Invasão ao Afeganistão, crise mundial do Dólar e outros danos a diversos setores do país.

A partir desse cenário negativo, Bush sai do governo com baixa popularidade, e pouca credibilidade, além de deixar para o próximo governante um legado muito difícil de ser administrado, devido às crises financeiras e dívidas internas que arrastaram o mundo para uma grande crise global.

Os desafios deixados por Bush para o próximo presidente serão apresentados com maiores detalhes no próximo capítulo, identificando desde as promessas das campanhas presidencialistas até os primeiros feitos do candidato eleito.

CAPÍTULO 3- INÍCIO DO GOVERNO BARACK HUSSEIN OBAMA II

Tem-se este capítulo como análise fundamental para a concretização das idéias que irão mover os Estados Unidos no início do governo de Barack Hussein Obama, qual será coberto por desafios e mudanças nas políticas norte-americanas.

O legado deixado por George W. Bush incentivar a tomada de novas decisões, já que foi marcado pela maior crise financeira desde a Segunda Guerra Mundial e políticas voltadas às ações militares de combate ao terrorismo.

3.1 Efeitos das Guerras do Afeganistão e do Iraque

As ações contra o terrorismo utilizadas pelo governo George W. Bush, como os ataques preventivos formados pela invasão e ocupação do Afeganistão, a Guerra do Iraque e outros assuntos relacionados, foram muito questionado e criticado não somente por estrangeiros, mas também pelos próprios americanos, já que o sentimento que apresentavam logo após o “11 de setembro” havia sido modificado no final da administração Bush.

Toda a popularidade conquistada no começo de seu segundo governo foi desaparecendo aos poucos devido a seus atos, porque com o tempo os cidadãos americanos passaram a discordar de guerras e intervenções, e então, surge uma falta de credibilidade e legitimidade do governo, fazendo com que ele fosse visto com muita hostilidade pelo resto do mundo (PECEQUILO, 2005).

Além dos assuntos relacionados a direitos humanos, é necessário considerar o custo que as guerras e intervenções representaram para o país. Os gastos militares com a Guerra do Iraque e do Afeganistão que até os dias atuais têm a duração de respectivamente, de oito e dez anos, somam aproximadamente um trilhão de dólares (EDWARDS, 2010), sendo assim, só perdem para os gastos com a Segunda Guerra Mundial, que foram de quatro trilhões de dólares (em valores constantes).

Esses gastos são resultados de três operações militares que se iniciaram após o “11 de setembro”, são elas: Operation Enduring Freedom¹⁸ (OEF); Operation Noble Eagle¹⁹ (ONE) e a Operation Iraqi Freedom²⁰ (OIF). A partir dessas operações militares, os custos são enviados para a reconstrução, segurança de base, ajuda externa, custos da embaixada, cuidados médicos, etc. (BELASCO, 2010).

Baseado em estimativas do DOD²¹ (*Department of Defense*), o total dos custos acumulado desde o 11 de setembro é de US\$ 1.121 bilhões, incluindo: US\$ 751 bilhões para o Iraque; US\$ 336 bilhões para o Afeganistão; US\$ 29 bilhões para reforçar a segurança e US\$ 6 bilhões não alocados (BELASCO, 2010).

Os custos de guerra se elevam devido aos equipamentos de alta tecnologia utilizados nas operações militares. O maior patrimônio militar norte-americano é o poder de fogo, somente eles possuem o monopólio prático das armas “inteligentes” (autodirecionadas depois de lançadas) e “brilhantes” (totalmente robotizadas). Esse poder militar aumentou durante a década de 1990 com a chamada Revolução em Assuntos Militares, a RMA²² (MANN, 2003).

Conforme o Gráfico 1, os gastos militares dos Estados Unidos apresentaram pequenas mudanças no governo de George H. Bush e de Clinton. O grande crescimento começou a partir do governo George W. Bush e se estendeu até os dias atuais.

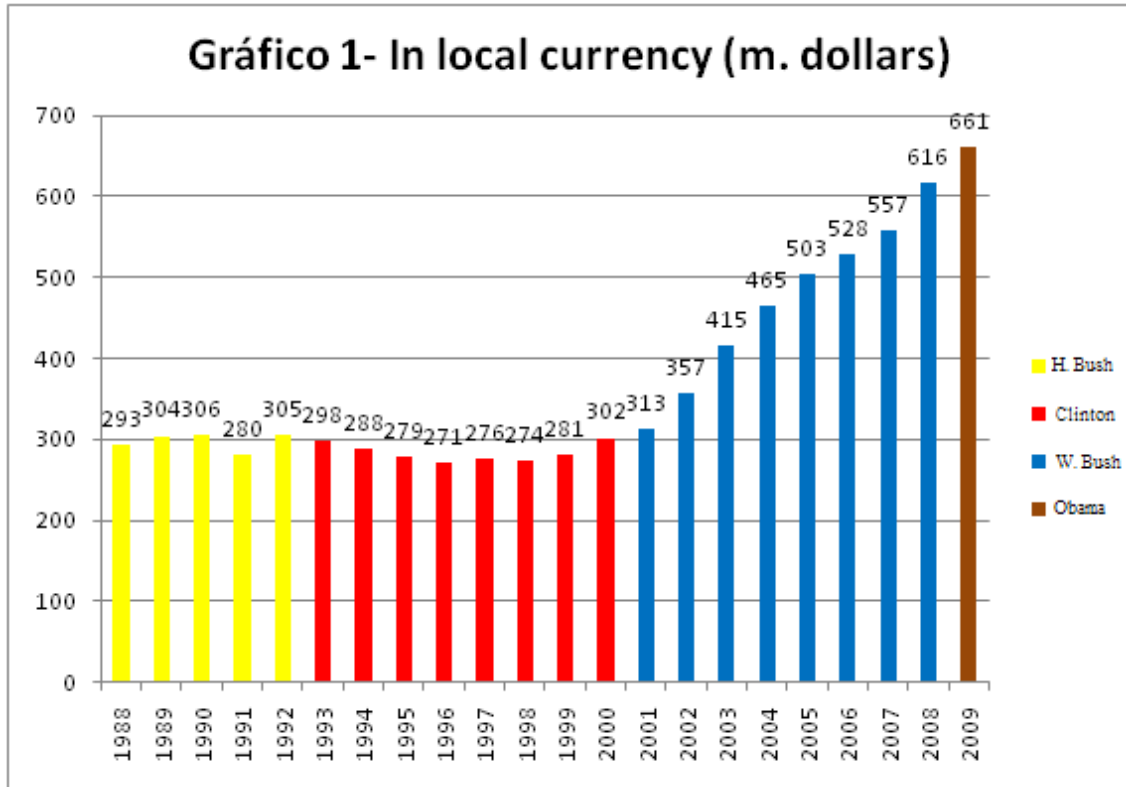
¹⁸ OEF (Operação Liberdade Duradoura).

¹⁹ ONE (Operação Águia Nobre).

²⁰ OIF (Operação Liberdade Iraquiana).

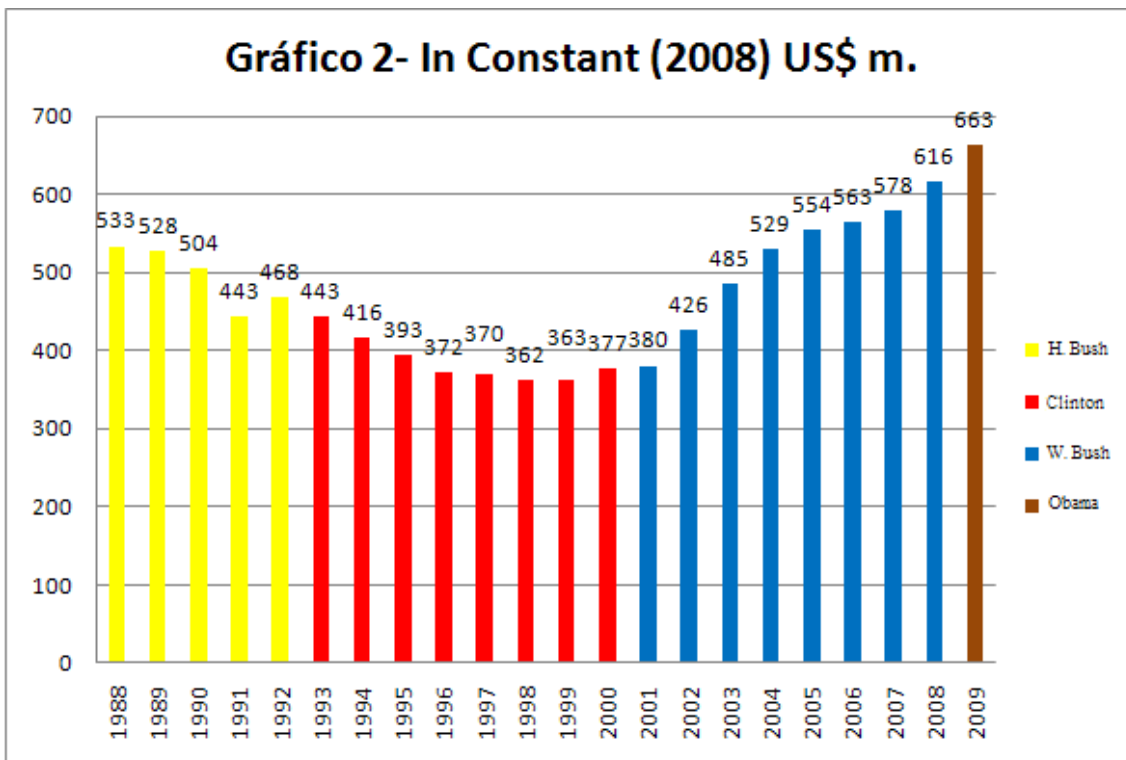
²¹ DOD (Departamento de Defesa).

²² RMA (Revolution in military affairs).



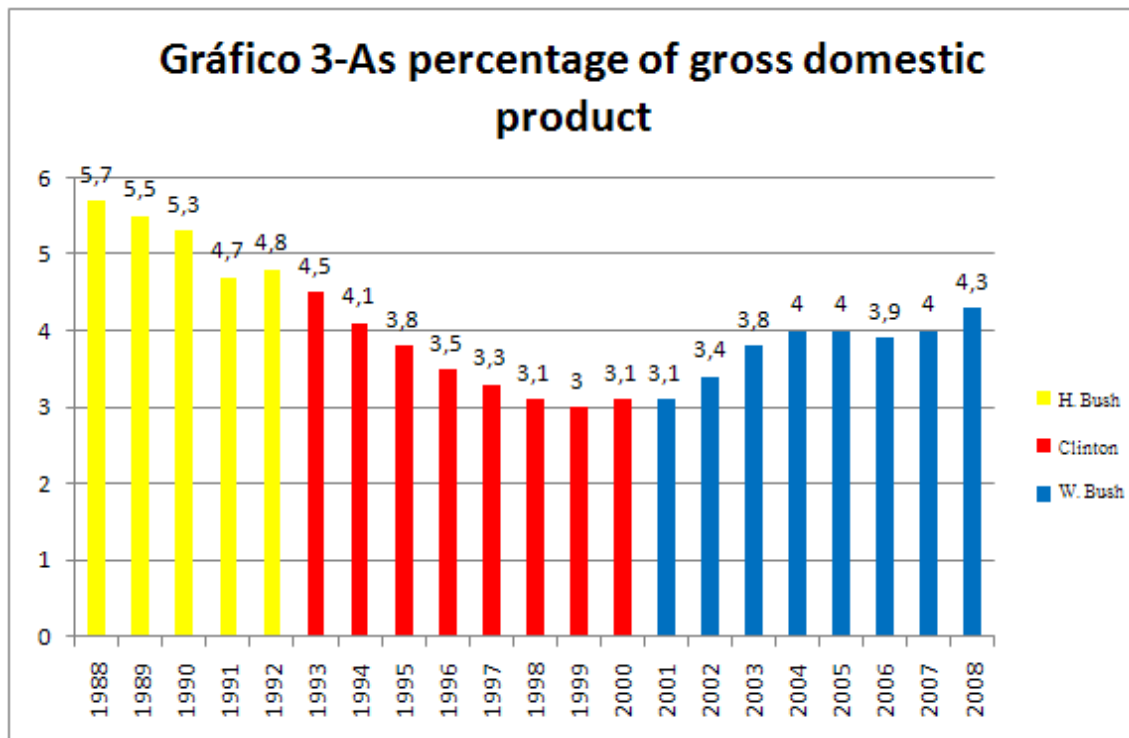
Fonte: SIPRI, 2010

O Gráfico 2 representa os gastos militares durante todos esses anos porém com correção monetária.



Fonte: SIPRI, 2010

Já o Gráfico 3 representa a porcentagem dos gastos militares em relação ao PIB dos Estados Unidos no período de 1998 a 2008.



Fonte: SIPRI, 2010.

Durante a Guerra Fria, o orçamento militar serviu como um indicador de avaliação pública americana de quanto perigoso um lugar no mundo foi para os Estados Unidos, pois à medida que o perigo aumenta os gastos são proporcionais a esses aumentos. Foi por esse motivo que o “11 de setembro de 2001” desencadeou um aumento nos gastos militares, assim como mostrou os Gráficos 1 e 2 (MANDELBAUM, 2010).

3.2 Crise financeira americana

O cenário da crise de 2008 também colaborou para a queda da popularidade de Bush e o descontentamento dos americanos. A crise, a maior desde a Grande Depressão, segundo Dick Cheney em uma entrevista, teria sido semelhante aos ataques terroristas do 11 de setembro: catastrófica e quase impossível de prever, porém, alguns especialistas como Nouriel Roubini, já haviam previsto que em breve a economia do país seria abalada por uma crise

imobiliária, um choque do petróleo, uma queda na confiança do consumidor e como consequência, uma grande recessão (ROUBINI,2010).

A crise foi um reflexo dos últimos dez anos, período pelo qual o mercado imobiliário mais se valorizou. Os preços dos imóveis triplicaram de valor entre 1997 e 2006, devido ao aumento de crédito imobiliário americano, apoiado em taxas de juros baixas após os atentados de 11 de setembro de 2001 (BORÇA JUNIOR e TORRES FILHO, 2008).

Durante o mesmo período, o mercado de hipotecas movimentou US\$ 3 trilhões em novas operações, atingindo um máximo de quase US\$ 4 trilhões em 2003, consequência do aumento na escala desse mercado, com a incorporação de novos potenciais tomadores de financiamento imobiliário e do crescimento do processo de securitização desses créditos (BORÇA JUNIOR e TORRES FILHO, 2008).

O aumento na escala desse mercado refere-se à inclusão no mercado hipotecário daqueles que não tinham condições de arcar com as parcelas de seus respectivos financiamentos, os chamados *subprimes*. Já a incorporação de novos potenciais tomadores de financiamento imobiliário refere-se à ampliação do processo de securitização dos créditos *subprime* (BORÇA JUNIOR, e TORRES FILHO 2008).

A partir desse cenário, diversos emprestadores bancários e não bancários começaram a falir. Para Michael Mandelbaum (2010), o dia 15 de setembro de 2008 ficou marcado na história dos Estados Unidos, por ser o dia em que o banco Lehman Brothers entrou em colapso, criando um pânico financeiro nacional que refletiu no mundo inteiro, deixando grandes danos na economia mundial e marcando a história da política externa americana.

Para conter essa crise, foram criados vários programas designados para estimular as atividades econômicas nos Estados Unidos, um deles foi a aprovação de US\$ 780 bilhões pelo Congresso no começo de 2009. Tal medida tinha a intenção de retirar do balanço das instituições financeiras os ativos “podres”, e assim desobstruir os canais que estavam bloqueando os mercados de crédito (MANDELBAUM, 2010).

Gilberto R. Borça Junior e Ernani T. Torres Filho (2008) acreditam que a partir da grande crise financeira duas lições foram retiradas. A primeira diz respeito aos arcabouços regulatório, a Basileia I e II, que necessitam ser repensados, principalmente na capacidade de auto-regulação dos mercados, já o segundo diz respeito à intervenção do Estado na economia, que certamente será maior a partir de então.

3.3 Governo de Barack Hussein Obama II

As Eleições de 2008 apresentavam como candidatos à presidência, Barack Hussein Obama II, do Partido Democrata e John Sidney McCain III, do Partido Republicano.

Todo o cenário americano, herança do governo Bush representava um grande desafio para o próximo governante, pois este teria que solucionar uma das piores crises financeiras da história, trabalhar na questão da ameaça do aquecimento global, na dependência energética e no sistema de saúde falido. E o candidato Barack Obama, apresentava promessas de mudanças em todas essas questões, tendo como slogan em sua campanha a frase: “*Yes, We can!*” com a tentativa de transmitir esperança aos americanos.

Além dessas questões internas, Obama trazia promessas na política externa, dentre elas, derrotar a AL-Qaeda e o Talibã no Afeganistão, acabar com a guerra do Iraque, lidar com a questão palestina e o programa nuclear do Irã (VEJA, 2009).

Em janeiro de 2009, Barack Obama e seu vice Joe Biden assumiram o governo dos Estados Unidos após vencerem a disputa contra John McCain. O senador democrata venceu nos votos populares e no colégio Eleitoral devido à grande popularidade conquistada durante sua campanha política, qual foi coberta de promessas de mudanças.

Um dos pilares de sua campanha estava ligado a sua trajetória de defesa dos direitos civis e políticos, que fazia com que ele se aproximasse de diferentes grupos: negros, hispânicos, mulheres, operários e trabalhadores. Durante a campanha, seu *website* foi um dos mais visitados (HOLZHACKER, 2007).

Houve muita expectativa em relação à entrada de Obama na presidência, embora os americanos soubessem dos desafios que ele iria enfrentar, eles estavam confiantes de que Obama traria bons resultados logo de início.

Suas propostas e iniciativas eram tão positivas que em 2009, Obama ganhou o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços para fortalecer a cooperação entre os povos.

O Comitê Nobel Norueguês decidiu que o Prêmio Nobel da Paz de 2009 será atribuído ao Presidente Barack Obama por seus extraordinários esforços para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre os povos. A comissão

atribuiu especial importância à visão de Obama e o trabalho por um mundo sem armas nucleares.²³(Nobel Prize, 2009, tradução nossa).

O primeiro ano de Obama foi coberto por dificuldades, o que já era esperado devido à herança W. Bush e a pressão da crise econômica, sendo assim, seria quase impossível que todo seu programa e promessas fossem cumpridos logo de início (PECEQUILO, 2010).

Para Cristina Pecequilo (2010), a dificuldade apresentada por Obama e pelo partido democrata em adaptar-se a uma realidade em Washington diferente de sua agenda de campanha, e a dificuldade em consolidar-se diante dos adversários republicanos no primeiro ano de mandato, podem estar ligadas a pressões das estruturas governamentais internas e do entorno externo, e o cenário de crise também colaborou para aumentar essa dificuldade em agir conforme sua agenda de campanha.

Pecequilo (2010) também acrescenta que apesar da dificuldade em implementar sua agenda e o empecilho para esta passagem encontrar-se mais em “Washington” do que no próprio Obama, o que se questiona é a dificuldade e não rapidez na tomada de decisões, assim como a externalização dos problemas aos republicanos

Zbigniew Brzezinski (2010), em um artigo para *Foreign Affairs*, analisa o primeiro ano do mandato de Obama. Ele acredita ter tido um balanço positivo, pois em menos de um ano, ele conseguiu trazer um novo conceito para a política externa dos Estados Unidos respeitando várias questões centrais na geopolítica, dentre elas, a questão da guerra ao terror, retirando a idéia, antes colocada, de ter o Islã como inimigo, na promessa de colocar os EUA como mediador imparcial na questão de paz de Israel- Palestina, de prosseguir as negociações com o Irã sobre seu programa nuclear e outras questões.

Embora tenha tido um saldo positivo, Brzezinski (2010) assim como outros autores, acredita que o governo Obama tenha gerado mais expectativas do que avanços estratégicos em si, pois se espera mais atos, e não apenas defender que algo vai acontecer.

²³ TA.: “[The Norwegian Nobel Committee](#) has decided that the Nobel Peace Prize for 2009 is to be awarded to President Barack Obama for his extraordinary efforts to strengthen international diplomacy and cooperation between peoples. The Committee has attached special importance to Obama's vision of and work for a world without nuclear weapons”.

Nesse primeiro ano de mandato, Obama sofreu pressões em sua política interna (reforma de saúde, reavaliação práticas de combate ao terror e de investigação e interrogatório) e externa (combate ao terrorismo, questões de segurança, fechamento de Guantánamo, guerras do Afeganistão e do Iraque). E também pressionado pela sombra das eleições legislativas de mandato de 2010, que será melhor descrita no final desse capítulo (PECEQUILO, 2010).

Ainda em relação à economia, como foi dito anteriormente, a crise marcou a política externa dos Estados Unidos, e o motivo está relacionado com a política que o governo passou a utilizar para recuperar os danos e o déficit causados pela crise. Foi uma política marcada por despesas que amenizassem a dívida nacional e um aumento das despesas que o governo já possuía anteriormente como as despesas com seguros sociais (principalmente pelos americanos de sessenta e cinco anos ou mais que são assegurados benefícios especiais como seguro saúde, pensão, etc.). E a partir dessas despesas, acabou sobrando menos para investir na política externa do país (MANDELBAUM, 2010).

O governo americano se apresenta debilitado financeiramente, mas ao mesmo tempo seus compromissos aumentaram. Como exemplo, a previdência e programas de seguro social, seguro saúde para aposentados, intitulados “*Entitlements*”, que apresenta problemas enfrentados por outros países, até mesmo pelo Brasil, já que os benefícios daqueles que já se aposentaram são pagos pela geração de trabalhadores no momento, sendo assim, a diminuição da taxa de natalidade faz com que tenha mais beneficiados do que colaboradores, deixando a pirâmide etária de cabeça para baixo (MANDELBAUM, 2010).

Ainda segundo Mandelbaum (2010), para se ter uma idéia da proporção do problema em que as condições fiscais americanas se apresentam, se comparadas com posições históricas, há uma equivalência somente com a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. A partir desse cenário, a crise e o surgimento do endividamento americano juntamente com a diminuição da taxa de natalidade, marcada pela aposentadoria dos *baby boomers*²⁴, criarão um imperativo econômico com altos impostos, mais poupança e menos consumo. E como consequência haverá uma redução dos recursos disponíveis para os fins públicos e a mudança trará novos limites na conduta da política externa.

²⁴ Baby boomers é o nome dado para o fenômeno que marcou o crescimento exacerbado da taxa de natalidade no período de 1945 a 1964. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os soldados voltaram para casa, e a economia americana encontrou uma força renovada ao fornecer mercadorias ao mundo livre para reconstruir suas economias, e então, as pessoas se estabeleceram e começaram a ter muitos filhos. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/baby-boomers.htm>

O déficit no ano fiscal de 2009 alcançou US\$ 1,4 trilhão, que representa aproximadamente dez por cento da economia dos Estados Unidos, sendo assim, muito mais que os três por cento de déficit considerados por Mandelbaum (2010), o máximo seguro para a economia do país.

3.4 *National Security Strategy* de 2010

A *National Security Strategy* do governo Obama foi anunciada em maio de 2010 e apresentava algumas mudanças em relação às anteriores.

A nova NSS (2010) deixa de usar o termo “guerra ao terrorismo” e indica a rede AL-Qaeda como o principal inimigo dos Estados Unidos. Seu principal foco é derrotar a AL-Qaeda e seus afiliados no Afeganistão, Paquistão e ao redor do mundo com a finalidade de acabar com ataques e evitar a proliferação das ADMs.

Em relação à situação econômica que os Estados Unidos e Europa se encontram nesse ano, a NSS faz uma comparação com o fim da Segunda Guerra Mundial, época em que os Estados tiveram que se unir para se preparar para o futuro. E essa união significa a expansão de parcerias além dos tradicionais aliados do país, como a inclusão de novas potências como Índia e China (NSS, 2010).

Ainda sobre esse assunto, os Estados Unidos mudaram o foco para o G-20²⁵, e começaram a trabalhar para reequilibrar a demanda global, para que os americanos poupassem mais, assim aumentaria as exportações e geraria maior demanda pelos países emergentes. Sempre citando acordos comerciais bilaterais e multilaterais em busca do desenvolvimento.

Para que os americanos consigam avançar com seus interesses, e assim se retirarem dessa recessão mais devastadora desde a Grande Depressão, seria necessária uma renovação da liderança americana, e a NSS é baseada nas estratégias para alcançar essa liderança.

²⁵ O G-20 foi estabelecido em 1999 enquanto o mundo sofria as conseqüências da Crise Asiática de 1997 e tinha a finalidade de reunir as principais economias emergentes e desenvolvidas para estabilizar o mercado financeiro mundial. Site oficial disponível em: <http://www.g20.org/index.aspx>

Sobre a questão de segurança, as armas de destruição em massa representam uma grande ameaça ao povo americano, pois envolve agressão de extremistas violentos e a proliferação de armas atômicas para outros estados. Por esse motivo, a NSS (2010) busca uma não-proliferação global na agenda de segurança nuclear, com base nos direitos e responsabilidades das nações.

Nós estamos reduzindo nosso arsenal nuclear e dependência de armas nucleares, enquanto asseguramos a confiabilidade e eficácia de nosso impedimento. Nós estamos reforçando o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) como o fundamento de não-proliferação, trabalhando através do TNP para manter nações como Irã e Coréia do Norte responsáveis pela incapacidade de cumprir com obrigações internacionais.²⁶ (NSS, 2010, tradução nossa).

Na NSS (2010) também fica explícito o desejo de iniciar a luta contra ataques biológicos e desafios para a rede cibernética, o que também representa um grande perigo.

Sobre o Afeganistão e Paquistão, a NSS afirma que os americanos estão aplicando grande pressão sobre a AL-Qaeda para diminuir a força do Talibã. Já no Iraque, o interesse dos americanos é de construir a transição para uma soberania iraquiana, um processo que apresenta dificuldades como a retirada das tropas americanas, o reforço da capacidade civil e uma parceria de longo prazo com o governo iraquiano (NSS, 2010).

Segundo a nova NSS (2010), os americanos estarão em busca da paz entre Israel e as nações vizinhas e apresentará um maior envolvimento com as comunidades muçulmanas.

Por fim, Obama admite que a implementação dessa nova agenda não será fácil, e para alcançar a paz, a prosperidade e dignidade humana será necessário uma integração de todos os elementos do poder americano e atualizar a capacidade de segurança nacional para o século XXI (NSS, 2010).

3.5 Segundo ano de governo Barack Hussein Obama II

²⁶ TA: “We are reducing our nuclear arsenal and reliance on nuclear weapons, while ensuring the reliability and effectiveness of our deterrent. We are strengthening the Nuclear Non-Proliferation Treaty (NPT) as the foundation of nonproliferation, while working through the NPT to hold nations like Iran and North Korea accountable for their failure to meet international obligations”.

Segundo a Casa Branca, o governo Obama apresentou alguns progressos na política externa no país durante os dois anos de mandato. Obama indicou representantes para as Alterações Climáticas no Sudoeste da Ásia, no Oriente Médio, Sudão e um nomeado especialmente para Afeganistão e Paquistão. Ele anunciou um plano responsável pelo fim da Guerra do Iraque, uma nova estratégia para o Paquistão e Afeganistão e uma estratégia para enfrentar a ameaça nuclear internacional. Obama aprovou a negociação de um novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas com a Rússia, estabeleceu um novo diálogo estratégico econômico com a China e diálogo com Cuba. Embora não tenha ocorrido, ele também ordenou o fechamento da prisão da Base de Guantánamo e a revisão da política de detenção e interrogatório, proibindo então, o uso da tortura (WHITEHOUSE, 2010).

Em março de 2010, o presidente Obama promulgou a lei que reforma o sistema de saúde americano. Ela conseguiu a aprovação da maioria, porém foi uma votação apertada. Os republicanos apresentam opiniões contrárias à reforma, pois acreditam que o projeto, que custará US\$ 940 bilhões em dez anos, poderá atrapalhar a economia do país com aumento de impostos e do déficit público (ESTADÃO, 2010).

Muitos autores como Mandelbaum (2010), acreditam que provavelmente a reforma do sistema de saúde não eliminará as pressões da opinião pública para programas sociais mais amplos e certamente não reduzirá os custos sempre crescentes da assistência médica nos Estados Unidos.

Após sete anos e meio de guerra no Iraque, no dia 31 de agosto de 2010, o presidente Obama fez um discurso oficial qual anunciou o fim da Operação Iraqui Freedom (Liberdade Iraquiana).

Obama se comprometeu a remover todas as tropas americanas do Iraque até o final de 2011, e para isso, teriam que realizar três importantes tarefas: treinar, equipar e aconselhar as forças iraquianas; conduzir operações contra o terrorismo; e fornecer a proteção necessária para civis e militares (WHITEHOUSE, 2010).

Durante a guerra do Iraque, as tropas americanas oscilaram, alcançando seu máximo de quase 170 mil soldados em 2007. Em agosto, os Estados Unidos deram início a Operação Novo Amanhecer com 49.700 militares remanescentes, com missões de treinamento à proteção dos americanos no Iraque. Esses militares terão que conviver em um país que ainda é palco para atentados terroristas (MORAES, 2010a).

A saída das tropas americanas de combate ocorreu em um momento delicado do país, que estava sem governo desde as eleições de março de 2010. As eleições demonstraram um grande passo para a democracia dos iraquianos que viveram por muito tempo sob a ditadura de Saddam Hussein, embora ainda houvesse uma falta de negociação da coalizão de governo (MORAES, 2010b).

As eleições foram marcadas por uma disputa apertada, e indicaram a vitória para Iraqiya, aliança xiita com apoio sunita. Os líderes dos blocos políticos iraquianos anunciaram acordo para a divisão do poder do Iraque no mês de novembro de 2010. Nesse acordo, foram discutidos os cargos de primeiro-ministro, presidente e presidente do Parlamento, sendo assim, decidiram que o líder curdo Jalal Talabani deveria continuar como presidente do país (FOLHAUOL, 2010b).

Outro acontecimento importante para o governo Obama foram as Eleições Legislativas nos Estados Unidos que aconteceram no dia dois de novembro de 2010. O partido do presidente Obama perdeu a maioria na Câmara dos Representantes, porém conseguiu manter o controle do Senado.

Esse resultado tem relação com o movimento ultraconservador “*Tea Party*”, que durante a campanha foi contra o governo democrata de Barack Obama. O movimento prega a diminuição de impostos com a finalidade de combater o desemprego, o corte radical de gastos públicos para diminuir a dívida do país, menos regulamentação do governo e a eliminação da reforma da saúde (CIMENTI, 2010).

Uma semana depois das Eleições, o presidente Obama foi para Nova Deli, em busca de uma parceria entre Estados Unidos e Índia, pois acredita que, juntos, os países podem promover estabilidade na região (VEJA, 2010).

Para Barack Obama, a parceria entre os países definirá o século XXI, porque ambos compartilham a mesma visão em relação à Ásia e serão parceiros em projetos no Afeganistão e na África. Os dois países assinaram um acordo de cooperação que trazia um pacote de dez mil milhões de dólares que inclui a exploração espacial, da economia, do comércio e da defesa (RTP, 2010).

Obama acredita que a instabilidade do Paquistão poderá prejudicar a Índia, dessa forma, o ideal seria que os vizinhos retomassem o diálogo bilateral entre eles e assim, Nova

Déli teria muito a ganhar com o êxito de seu vizinho e adversário na luta contra o extremismo (VEJA, 2010).

Os Estados Unidos e Índia discutiram a cooperação em todos os âmbitos, e além dessa parceria, Obama defendeu a candidatura da Índia por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (VEJA, 2010).

Michael Mandelbaum (2010) acredita que tal cooperação com a Índia também foi feita como forma de proteção em relação ao intenso crescimento que a China vem tendo nos últimos anos. A Índia é um país que possui alianças com Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e Japão.

3.6 Considerações atuais

Mandelbaum (2010) analisa em seu livro, como a crise financeira conseguiu afetar diretamente a política externa dos Estados Unidos, já que a maior parte do dinheiro do governo está sendo voltada para as questões domésticas do país.

Muitas mudanças aconteceram e a maior parte da população americana não participou, tal acontecimento se dá em razão da política externa ser mais distante da grande massa populacional em relação à política interna do país, até mesmo os *Lobbies*²⁷ são menores quando se tratam de questões externas. Para o autor, a política externa está dividida em dois grupos públicos distintos, um deles é pequeno e formado pela população que possui informações e estudos sobre o tema, principalmente Washington, já o outro é um grupo grande formado pela massa populacional, qual possui informação limitada em relação à política externa do país.

A história da política externa norte-americana desde a construção do país consistiu em um só tema: expansão, palavra que identifica a influência que os Estados Unidos possuem em relação ao resto do mundo, pois durante toda sua história existiram intervenções, guerras, alianças e outras atividades que marcaram a sua relação com os muitos países. Para o autor, os americanos sempre simpatizaram com os estrangeiros oprimidos por seus governos e que aspiravam por democracia (MANDELBAUM, 2010).

²⁷ Lobbies são como grupos de pressão, ambos são organizações ou grupos constituídos para defender interesses específicos, mediante o uso de meios de pressão sobre os poderes públicos. Os grupos de interesse ou lobbies prosseguem os seus objetivos através do exercício de várias formas de pressão direta sobre as instâncias com poderes decisórios; enquanto que os grupos de pressão procuram fazer pressão sobre os poderes públicos mediante a aquisição de uma base alargada de apoio na opinião pública.
Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$grupos-de-interessegrupos-de-pressao](http://www.infopedia.pt/$grupos-de-interessegrupos-de-pressao)

O cenário da segunda metade do século XXI é de grandes mudanças, principalmente pelo grande crescimento econômico de alguns países como China e Índia. A China cresceu rapidamente, tanto em população quanto em sua economia e exército, sendo assim, suas decisões podem influenciar o mundo. Taiwan é um exemplo de assunto sobre o qual a China se mostra preparada para desafiar o *status quo*²⁸ no Leste Asiático com o uso da força (MANDELBAUM, 2010).

Embora haja esse tipo de ameaça militar, as políticas econômicas da China são as responsáveis por uma grande desestabilização na economia dos Estados Unidos, pois o governo têm mantido baixa a taxa de câmbio de sua moeda como forma de se atrelar ao dólar, o que leva a grandes superávits comerciais anuais, se convertendo em um grande estoque de reservas em dólar.

Para Mandelbaum (2010), tal atitude gerou um desequilíbrio na economia global, e o fluxo de bens de consumo chineses baratos para os Estados Unidos pode sim, ter contribuído com o crash de 15 de setembro de 2008, já que tal medida fez com que os preços americanos diminuíssem, fazendo com o Federal Reserve mantivesse uma taxa de juros baixa. Com uma taxa de juros baixa, os empréstimos se tornaram mais baratos e acessíveis, fazendo com que muito desse dinheiro fosse destinado à compra de imóveis comerciais e residenciais, inflando a bolha do mercado imobiliário.

Duas ações feitas anteriormente pelos últimos dois governantes dos Estados Unidos acabaram por deixar graves conseqüências no governo Obama. A primeira se refere à expansão da OTAN no governo Clinton, e a segunda foi marcada pela desastrosa invasão do Iraque pelo governo de George W. Bush (MANDELBAUM, 2010).

Michael Mandelbaum (2010) relacionou esses dois eventos ao “*Peltzman Effect*”²⁹ que se refere à tendência ocasional de regulamentos que o governo impõe na economia do país e que apresentam, perversamente, o oposto dos efeitos pretendidos. O exemplo mais freqüente é o do cinto de segurança, que de acordo com pesquisas, seu uso fez com que aumentasse os acidentes automobilísticos. A explicação para tal efeito é que as pessoas que começaram a

²⁸ *Status quo*, é uma expressão Latina originária de *statu quo*, que designa o estado atual das coisas. Manter o *status quo* significa manter aquilo como está. A expressão é muito utilizada em política, como exemplo sua frase original do século XIV em latim: *in statu quo res erant ante bellum*, que significa, no estado em que as coisas estavam antes da guerra. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Status_quo Acesso em: 17/11/2010.

²⁹ *Peltzman Effect* é a tendência de que as pessoas reajam a um regulamento de segurança, aumentando outros comportamentos de risco, compensando alguns ou todos os benefícios do regulamento. O estudo foi feito pelo professor de economia da Universidade de Chicago, Sam Peltzman, por isso, o nome de Peltzman Effect. Disponível em: http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Peltzman_Effect&oldid=150306659 Acesso em: 14/11/2010.

utilizar os cintos de segurança passaram a correr mais, pois se tornavam mais confiantes e menos cuidadosos.

O mesmo efeito aconteceu com a política externa dos Estados Unidos no pós Guerra Fria. Durante esse período realizaram ações precipitadas por achar que estavam seguros, tinham confiança e acabaram por obter gastos desnecessários com a Guerra do Iraque e com a expansão da OTAN. Além dos gastos, receberam em troca a não aprovação de ambas as ações, principalmente pela Rússia, em relação à expansão da OTAN. O ideal não seria parar de usar o cinto de segurança, mas sim continuar com os cuidados necessários (MANDELBAUM, 2010).

Durante sete anos e meio de Guerra no Iraque, mais de 4000 americanos foram mortos e 30000 foram feridos. O número total de mortes chegou a 100000 pessoas, a maioria civil, e os gastos chegaram a quase um trilhão de dólares, sendo assim, tal operação foi muito cara, mais que a Expansão da OTAN, pois custou a morte de milhares de civis e uma grande quantia em dinheiro (MANDELBAUM, 2010).

Com a crise financeira, os americanos tiveram que mudar seus hábitos de gastar, pois passaram a consumir menos e poupar mais, foi uma adaptação à escassez. Quando Obama entrou no poder, sofreu grandes pressões para que diminuísse o orçamento militar, e então, Robert Gates, Secretário de Defesa, teve que anunciar a limitação ou o encerramento de uma série de programas com a abordagem mais rigorosa em relação aos gastos do futuro, um sinal de que a crise afetou a política eterna americana (MANDELBAUM, 2010)

O período pós Guerra Fria foi um período mais calmo se comparado com os acontecimentos do século XX, e os Estados Unidos contribuíram de certa forma para a paz na Europa e Leste Asiático. Michael Madelbaum (2010) acredita que os americanos tentam passar três grandes idéias: a primeira e a mais importante é a idéia de que paz é o estado mais desejado das Relações Internacionais; a segunda é a idéia de que o livre mercado é a melhor forma de organizar as atividades econômicas e a terceira é a idéia de que a democracia é o melhor método de se governar.

O Oriente Médio nos últimos anos se tornou palco para operações militares por ser a região que menos contribui para as idéias americanas anteriormente discutidas (paz, livre comércio e democracia). Na região existem inspirações ideológicas e financiamento do terrorismo no século XXI, e, de todos os países, somente Iraque e Turquia representam governos democráticos (MANDELBAUM, 2010).

Os Estados Unidos sempre tiveram interesses na região por apresentar uma grande concentração de reservas energéticas, principalmente de petróleo. Por esse motivo, os

conflitos entre eles se estenderam, também porque a região, nos últimos anos tem investido em tecnologia nuclear.

E o país que mais vem incomodando os Estados Unidos, é o Irã, ironicamente, o único que mais aparenta estar preparado para a democracia, devido às reivindicações ocorridas durante suas eleições presidenciais. Os Estados Unidos acreditam que ele representa uma ameaça para a segurança devido ao programa nuclear do país (MANDELBAUM, 2010).

Para trazer impactos na economia do Irã, os Estados Unidos vêm aplicando sanções ao país, alegando que seu programa nuclear tem como objetivo desenvolver armas atômicas, já o país se defende argumentando que seu único objetivo é a produção de energia. Tais sanções acabam por isolar setores de energia e bancários do país.

Segundo, Robert Gates, as sanções impostas ao governo do Irã estão surtindo efeito, e diferentemente das preocupações do governo de Israel, não será necessário o uso da força para impedir a República Islâmica de obter uma arma nuclear (FOLHAUOL, 2010a).

Conclusão

Os acontecimentos das duas últimas décadas foram suficientes para mostrar a capacidade de transformação que os Estados apresentam ao se relacionarem, estes que são movidos de acordo com a circunstância e o cenário a qual se inserem.

Este trabalho teve como objetivo estudar os principais parâmetros que moldam a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, a *National Security Strategy*. Sendo assim, a partir da hipótese de que as conjunturas políticas e econômicas são esses principais parâmetros, o trabalho procurou indicar as principais mudanças das realidades que comprovassem tal hipótese.

O final da Guerra Fria foi marcado por profundas modificações nas relações internacionais devido às necessidades de novas políticas e estratégias de alcance global que foram adaptadas na agenda internacional dos países mais influentes.

A principal mudança na agenda internacional dos Estados Unidos nesse período foi em relação à forma de abordagem do tema da segurança nacional, qual foi transferida para primeiro plano nas discussões interestatais, cujos debates eram pautados pelos assuntos de maior relevância, como economia, comércio e desenvolvimento internacional.

A principal motivação a essas transformações foram os atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001 em Nova York e Washington, que foram originados pela Al-Qaeda, uma organização islâmica sunita.

Além de transportar o tema da segurança para o topo da agenda internacional, tais atentados levaram à tona a fragilidade, antes desconhecida, da superpotência norte-americana. A imagem passada pelos norte-americanos era de um Estado intocável e inatingível, que se julgava forte o suficiente para enfrentar qualquer tipo de ameaça, porém não contaram que a Al-Qaeda agiria de acordo com sua maior debilidade e praticaria os ataques que posteriormente modificariam o cenário econômico, político e militar dos Estados Unidos.

Todas as mudanças quanto à forma de abordar os temas de segurança e economia resultaram na primeira década do século XXI, na invasão ao Afeganistão, na guerra do Iraque e na crise financeira. Sendo assim, é fundamental destacar que as questões econômicas andam sempre ligadas com as questões políticas.

O primeiro capítulo mostra primeiramente o cenário internacional e suas modificações após o fim da Guerra Fria. Mostra também que a política do governo Clinton foi suficiente para elevar o crescimento da economia americana, porém insuficiente ao deixar de lado as questões que ameaçavam a segurança internacional.

Analisando as duas *National Security Strategy* do governo Clinton, ficou bem claro que existiam ameaças terroristas, porém as estratégias políticas tinham maior ênfase nas questões domésticas, principalmente na economia do país, dado às crises financeiras que envolviam os Estados Unidos.

O segundo capítulo realiza as mesmas análises de governo, porém dessa vez, o alvo é o governo de George W. Bush, qual apresentou, maiores modificações em suas estratégias políticas. Tais modificações deveram-se aos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono no dia 11 de setembro de 2001, que incentivaram o governo a trazer o tema segurança internacional como assunto de maior relevância.

As *National Security Strategy* desse governo apresentaram medidas de combate ao terrorismo, produzindo ataques preventivos e invasões a países que segundo os americanos, possuíam alguma relação ou financiavam as organizações terroristas, tais ações deram início à chamada “Guerra ao Terror”.

A primeira reação de George W. Bush foi dar início à operação que invadiu o Afeganistão, alegando que a Al-Qaeda, organização que se responsabilizou pelos atentados, tinha o país como sede. O outro passo se resumiu em dar início à Guerra do Iraque, com a justificativa de que o país representava uma ameaça à segurança internacional por obter como governante Saddam Hussein e por supor que o país possuía Armas de Destruição em Massa.

Tais operações não obtiveram sucesso, uma vez que a intenção de George W. Bush era também de instituir a democracia no Iraque e combater as organizações terroristas para que houvesse um diálogo entre os Estados Unidos e os muçulmanos.

Ao utilizar dessas estratégias militares, o presidente deixou a economia para segundo plano, e assim como seus antecessores, continuou a fazer uso de uma desregulamentação que diminuía os impostos públicos e aumentava a capacidade das pessoas de comprar imóveis, ocasionando na crise do mercado imobiliário, e posteriormente, numa crise financeira a nível global.

A crise financeira também foi um fator que provocou alterações na política interna e externa do país, já que tiveram que realizar ajustes fiscais, e muito dinheiro foi direcionado para sanar os prejuízos causado pela recessão, sendo assim, sobraram poucos recursos para serem utilizados na política externa do país.

O terceiro capítulo mostra que quando Barack Obama assumiu a presidência do país, encontrou muitos desafios, como a questão da ameaça do aquecimento global, a dependência energética, o sistema de saúde falido e os vestígios da crise de 2008.

Em dois anos de governo, Obama colocou fim à Guerra do Iraque, porém deixou tropas no país para outras operações. Em sua *National Security Strategy* deixa de usar a expressão Guerra ao Terror, indicando apenas a Al-Qaeda como inimiga do país.

Embora durante esse tempo ele tenha conseguido bons resultados, ainda é cedo para analisar se seu governo obteve ou não sucesso em suas políticas e saber se os Estados Unidos continuarão com o mesmo poder de influência nas questões internacionais. Porém, pode-se concluir que a partir desse trabalho, ficou claro que as conjunturas políticas e econômicas são as responsáveis pelo molde das estratégias de segurança nacional dos Estados Unidos.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, Yonah. Exposição inicial: Respostas ao terrorismo: algumas perspectivas políticas e legais. IN: **Terrorismo e Relações Internacionais, Conflito e cooperação nas relações internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Editora: agradiva, 1ª edição, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. **Power Inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2003. Trad. Juremir Machado da Silva.

BARBER, Benjamin R. *Fear's empire: war, terrorism and democracy*. New York: Norton & Company, 2003.

CLARKE, Richard, A. **Contra todos os inimigos**: por dentro da guerra dos EUA contra o terror. São Paulo: Francis, 2004. Trad. Rita Moreira.

CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiros e Terroristas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1980. (Tradução de Virginia Bombeta).

CUNHA, Ciro Leal M. da. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FIORI, José Luíz. **O poder Americano**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MANDELBAUM, Michael. **The Frugal Superpower**: America's Global Leadership in a Cash-Strapped Era. Nova Iorque: Public Affairs, 2010.

MANN, Michael. **O império da incoerência**: A natureza do poder americano. Rio de Janeiro: Afiliada, 2003.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Unesp, 2002.

PECEQUILO, Cristina S. **OS Estados Unidos**: Hegemonia e liderança na transição. Petrópolis, RJ, Vozes 2001.

PECEQUILO, Cristina S. **A Política externa dos Estados Unidos**: Continuidade ou mudança?. 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RICUPERO, R. Exposição inicial: Possíveis implicações econômicas de ações terroristas. IN: **Encontro de Estudos: Terrorismo**. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Internacional, secretaria de acompanhamento e estudos internacionais, 2006.

ROUBINI, Nouriel. **A economia das crises**: Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. **Os exuberantes anos 90**: uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Trad.: Sylvia Maria S.; Cristovão dos Santos; Dante Mendes Aldrighi; José Francisco de Lima Golçalves e Roberto Mazzer Neto.

Documentos oficiais:

NATIONAL SECURITY STRATEGY OF ENGAGEMENT AND ENLARGEMENT. White house. NSC,1996.

NATIONAL SECURITY STRATEGY FOR A NEW CENTURY. White House, NSC,1998.

NATIONAL SECURITY STRATEGY, Whitehouse, NSC 2006

NATIONAL SECURITY STRATEGY , Whitehouse, NSC, 2010.

THE NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA. SEAL OF PRESIDENT OF THE UNITED STATES., Whitehouse, NSC, 2002.

WHITE HOUSE. **Foreign Policy**. [on line] 2010. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/issues/foreign-policy>>. Acesso em 05/11/2010.

Revistas/periódicos/sites:

ARRAES, Virgílio C. Estados Unidos: o insucesso da política externa bélica da gestão Bush. **Revista de Economia & Relações Internacionais- FAAP**. Julho 2007,v. 6, n.11, pp. 41-55.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O risco Estados Unidos. **Revista espaço acadêmico**. Julho, 2010. N. 110.

BORÇA JUNIOR, Gilberto R. e TORRES FILHO, Ernani T. Analisando a crise do subprime. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, dez. 2008, v.15, n.30, pp.129-159.

BRZEZINSKI, Zbigniew . From Hope to Audacity. *ForeignAffairs*.Appraising Obama's Foreign Policy. January/February 2010.

CAGNIN, Rafael Fagundes. Inovações financeiras e institucionais do sistema de financiamento residencial americano. **Revista de Economia Política**. São Paulo, jul./set. 2009 v.29, n.3

FOREIGN POLICY. **Clinton's foreign policy**. Nov/Dez, n. 121, p.18.

GALBRAITH, James. The Economic Report of the President: A Review. V 42 Issue 6, p112, 13p. Nov/Dec99.Disponível em:
<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=buh&AN=2554354&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 02 jun 2010.

HOLZHACKER, Denilde. Um novo sonho para a América. **Revista de Economia & Relações Internacionais- FAAP**.Julho 2007,v. 6, n.11, pp. 41-55.

MOREIRA, José Manuel e ALVES, André Azevedo. Crise econômica e financeira ou cultural e institucional? Análise à luz do debate entre Hayek e Keynes. **Revista de Economia & Relações Internacionais- FAAP**. Julho 2010, v. 9, n. 17, pp.108-123.

NAIME, Jéssica. A economia dos Estados Unidos após o 11 de setembro. **Conjuntura Internacional- PUC- MG. 2004**.

NEGROMONTE , Antônio N. Jr. , BALANCO, Paulo. Panorama da Economia Mundial: uma Análise da Recuperação Americana e suas Fragilidades.**Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI. Jan. 2003, n.104, pp17-21.

NOGUEIRA, João Pontes. A guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: Notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Outubro, 2000, v.15, n.44

PECEQUILO, Cristina S. Barack Obama e o Desafio da Liderança. **Boletim Meridiano 47**. 12/01/2010. Disponível em: <http://meridiano47.info/2010/01/12/barack-obama-e-o-desafio-da-lideranca-por-cristina-soreanu-pecequilo/> Acesso em 02/10/2010.

WALT, Stephen M. Two Cheers for Clinton's Foreign Policy. **Foreign Affairs**; Mar/Ab 2000, v 79, n.2, p.63.

Documentos eletrônicos:

BELASCO, Amy. **The Cost of Iraq, Afghanistan, and Other Global War on Terror Operations Since 9/11**. Congressional Research Service. 2 de set. 2010. Disponível em:

<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL33110.pdf>

CIMENTI, Carolina. Eleição legislativa nos EUA pode mudar os rumos da política no país. **Carta Capital**, [on line] 2 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/eleicao-legislativa-nos-eua-pode-mudar-os-rumos-da-politica-no-pais>> Acesso em: 08/11/2010.

EDWARDS, Ryan D. A review of war costs in Iraq and Afghanistan National Bureau of economic research, **NBER WORKING PAPER SERIES** Jul. 2010. Disponível em:

http://www.nber.org/papers/w16163.pdf?new_window=1 Acesso em: 15/10/2010

ESTADÃO. **Obama assina lei da reforma da Saúde**. [on line]. 24 de março de 2010. Disponível: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100324/not_imp528426,0.php > Acesso em: 29/10/2010.

FARIA, Glauco e MELHADO, Marília. Já vai tarde. **Revista Fórum**. [on line]. 14 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/noticias/2009/01/14/ja_vai_tarde/ Acesso em: 12/09/2010.

FEDERAL RESERVE SYSTEM. [on line] 2010 Disponível em <http://www.federalreserveeducation.org/about-the-fed/history/>> Acesso em: 02/05/2010.

FOLHAUOL. **Sanções contra Irã estão tendo impacto, diz secretário de defesa americano**. [on line] 08/11/2010a. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/827322->

[sancoes-contra-ira-estao-tendo-impacto-diz-secretario-de-defesa-americano.shtml](#) Acesso em: 10/11/2010.

FOLHAUOL. **Partidos anunciam acordo para a divisão do poder no Iraque após oito meses.** As Agências de notícias. [on line] 11/11/2010b. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/828963-partidos-anunciam-acordo-para-a-divisao-do-poder-no-iraque-apos-oito-meses.shtml>> Acesso em: 11/11/2010.

MORAES, Márcia Soman. FOLHAUOL. Cinco meses após eleição, Iraque encara saída dos EUA sem governo. 31/08/2010a <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/789968-cinco-meses-apos-eleicao-iraque-encara-saida-dos-eua-sem-governo.shtml>

MORAES, Márcia Soman. FOLHAUOL. EUA encerram combate no Iraque sem vencer terrorismo e sectarismo. 31/08/2010b. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/790043-eua-encerram-combate-no-iraque-sem-vencer-terrorismo-e-sectarismo.shtml>

Nobel Prize [on line] 2010. Disponível em: <http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2009/press.html>. Acesso em: 26/10/2010.

RTP. Estados Unidos e Índia forjam relação estratégica. 08/11/2010. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?t=Estados-Unidos-e-India-forjam-relacao-estrategica.rtp&article=389881&visual=3&layout=10&tm=7>

SIPRI. [on line] 2010. Disponível em: <<http://milexdata.sipri.org/result.php4>> Acesso em: 02/11/2010.

VEJA. **Desafios do governo Obama.** [on line] janeiro 2009. Disponível: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/obama/desafios-do-governo-obama.shtml> Acesso em: 10/10/2010.

VEJA. Parceria entre EUA e Índia definiram o século, diz Obama.[on line] 8 de novembro 2010. Disponível: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/parceria-entre-eua-e-india-definira-o-seculo-diz-obama>> Acesso em: 10/11/2010.